

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MANUELA QUADROS DE ARAÚJO BAUNGARTEN

**A FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E A
ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO GRUPO DE PAIS DO
CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUIM**


Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 24 / 10 / 04

FLORIANÓPOLIS

2004

MANUELA QUADROS DE ARAÚJO BAUNGARTEN

A FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E A
ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO GRUPO DE PAIS
DO CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUIM

**Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social, Departamento de Serviço Social,
Centro Sócio-Econômico, Universidade
Federal de Santa Catarina. Orientadora:
Prof^a Márcia Regina Ferrari.**

FLORIANÓPOLIS

2004

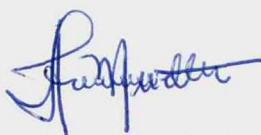
MANUELA QUADROS DE ARAÚJO BAUNGARTEN

A FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E A
ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO GRUPO DE PAIS DO
CONSELHO COMUNITÁRIO PONTE DO IMARUIM

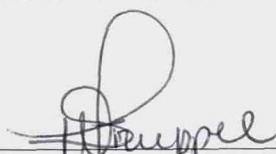
Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.



Professora Márcia Regina Ferrari
Orientadora



Adriana Mueller
Assistente Social



Maristela Aparecida da Silva Truppel
Assistente Social

Florianópolis, novembro, 2004.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, da inteligência e dos descobrimentos de novas perspectivas e possibilidades no caminhar da vida.

À minha orientadora Márcia Regina Ferrari, por sua indispensável orientação na elaboração deste trabalho.

À Assistente social Maristela Aparecida da Silva Truppel, por sua dedicação, empenho e orientação antes e depois do estágio que foram imprescindíveis para minha visão de um bom profissional atuante na área de Serviço Social.

À minha mãe por sua paciência e cuidados para comigo e com meu filho, apoio incondicional para a conclusão de minha jornada acadêmica.

Ao meu pai por seu exemplo de dedicação e perseverança em seus compromissos para com as muitas famílias que dependem de seu empenho.

Ao meu marido e meu filho que fazem parte do meu ser.

Às minhas amigas que conquistei durante a vida, por sua indispensável presença em muitos momentos difíceis e em que o apoio foi fundamental, em especial a Morgana e Stéphanie que além de amigas são irmãs camaradas.

À todas as pessoas que contribuíram de alguma forma em minha formação acadêmica e de vida.

Muito Obrigada!

“Deus tem um plano na vida de cada um de nós e não adianta querermos apressar ou retardar as coisas, pois tudo acontecerá no seu devido tempo”.

(Autor Desconhecido)

RESUMO

A família contemporânea vem enfrentando velhos e novos desafios na educação de seus filhos, o sistema capitalista trouxe alterações no modo de pais e filhos se relacionarem, a flexibilidade de papéis do pai e da mãe até então fixos, causa conseqüências sem precedentes nos dias atuais. Todas estas situações sociais são discutidas neste trabalho, trazendo à tona a importância da atuação do Assistente Social como um pesquisador e socializador de informações no atendimento às necessidades dos trabalhos com grupos. No caso da pesquisa que se estendeu com pais e responsáveis das crianças atendidas pela instituição do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, ela apontou as questões mais pertinentes de suas realidades e como a sociedade vem ampliando seu impacto nas relações familiares, ditando o modo de vida e convivência familiar. Estas novas regras e situações familiares, provocadas através do capitalismo, são confirmadas com os dados obtidos com a pesquisa realizada retratando de modo legítimo e imparcial a família contemporânea brasileira, já que todos estão inseridos em um mesmo movimento financeiro mundial, ocasionando de modo individualista a percepção errônea que muitas pessoas apresentam de que os problemas enfrentados na educação dos filhos é uma questão individual e não coletiva.

Palavras-Chave: Família, relacionamentos, capitalismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Dificuldades com os filhos.....	48
Ilustração 2 – O que acha do Encontro de Pais.....	51
Ilustração 3 – Os Temas.....	53
Ilustração 4 – Fatores Externos.....	62
Ilustração 5 – Fatores Internos.....	70
Ilustração 6 – Principais Dificuldades dos Pais.....	76
Ilustração 7 – Principais Propostas para o Grupo de Pais.....	81

SUMÁRIO

RESUMO.....	V
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	VI
INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS.....	11
1.1 As Transformações nas Formas de Organização Familiares no Brasil Contemporâneo e Constitucional Democrático.....	12
1.2 As Conseqüências Econômicas e Sociais na Família.....	20
1.3 A Constituição de 1988, sua Construção Democrática e as novas Perspectivas nas Relações Familiares com a chegada do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	22
CAPÍTULO 2 A TRAJETÓRIA DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS E AS RELAÇÕES FAMILIARES NA CONTEMPORANEIDADE.....	29
2.1 A História dos Conselhos Comunitários e do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim.....	29
2.2 As Políticas Sociais, o Serviço Social e o Conselho Comunitário Ponte do Imaruim: da Fragmentação à Coletividade.....	35
2.3 A Trajetória do trabalho com a Família no Centro Comunitário Ponte do Imaruim (C.C.P.I).....	37
2.4 A atuação com as famílias do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim: o Projeto Grupo de Pais – No período de junho a outubro de 2003.....	40
2.5 Metodologia aplicada para a Pesquisa no Grupo de Pais.....	43
2.5.1 Objetivo Geral.....	45
2.5.2 Objetivos Específicos.....	45

2.5.3 Instrumento de Coleta de Dados.....	46
2.5.4 Análise dos Dados Coletados.....	47
2.5.4.1 Apresentação dos dados coletados com análise sob o método quantitativo e qualitativo.....	48
2.6 Um Olhar Social sobre o Grupo de Pais: as Causas e Conseqüências do atendimento fragmentado dado aos problemas coletivos na Família Brasileira Contemporânea.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91
ANEXOS.....	93

INTRODUÇÃO

As questões familiares sempre fizeram parte dos estudos acadêmicos na área de Serviço Social, inicialmente pelos valores éticos assistencialistas e religiosos dados pelos primeiros profissionais.

Atualmente sabe-se que a família faz parte do grupo primário, sendo primordial à vida de todos os seres humanos para a convivência em harmonia com a sociedade. Para que as pessoas consigam conviver em grupos sociais como a escola, amigos e no trabalho, os passos iniciais deverão ser dados através das relações familiares, que irão abrir as portas para a conquista de espaços em outras relações sociais ou para conflitos e questionamentos que levem a uma pertinente estagnação de ideais e atitudes de uma pessoa.

Todas estas manifestações ocorrem ainda na infância, por isso há o grande desafio de pais e educadores no sentido de projetar os ensinamentos do modo mais proveitoso para seus educandos, porém os marcos como as conquistas tecnológicas e o capitalismo, defendidos e reiterados através da Segunda Grande Guerra Mundial, trouxeram à história da humanidade manifestações de outros conflitos não só econômicos e de subdivisões humanitárias, mas propósitos de vida com metas e objetivos díspares, gerando conflitos relacionais no essencial de todo indivíduo, que é sua família. Busca-se como objetivo neste trabalho relacionar os fatos familiares contemporâneos com os fatos históricos que direcionaram e legitimaram diversas formas de organização familiar.

É a partir destes fatos que no primeiro capítulo busca-se demonstrar historicamente o caminho percorrido pela família Brasileira e as ocorrências mundiais que geraram este trajeto, ligações que nem sempre estão claras aos olhares das pessoas.

Já no segundo capítulo, faz-se um resgate histórico da instituição do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim (C.C.P.I.) e de seus planos e projetos familiares ao longo

de sua trajetória, resgatando através de relatórios seu perfil de atuação nas famílias da comunidade.

Analisa-se também uma pesquisa realizada com os pais das crianças atendidas pela instituição do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim (C.C.P.I.), que foram abordados aspectos de ordem sócio, histórico, político e econômico através de um questionário em que ficaram comprovadas as causas e conseqüências que o sistema capitalista e a era tecnológica trouxeram para as famílias não só da comunidade, mas para todas as famílias brasileiras.

CAPÍTULO 1 A TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

A família é o primeiro espaço social no qual o ser humano está inserido. Porém, vale lembrar que a idéia individualista e utópica de estrutura familiar não existe, pois cada indivíduo modifica suas referências ao longo das experiências de vida e constrói e reconstrói conceitos de família.

Este capítulo contempla as transformações nas formas de organização familiar no Brasil Contemporâneo e Constitucional Democrático, relacionou-se também, as conseqüências econômicas e sociais na família e como a constituição de 1988 construiu novas perspectivas para as relações familiares com a chegada do Estatuto da criança e do adolescente.

A construção da história da família brasileira está diretamente ligada a construção histórica do conceito familiar a partir da “colonização” do país, sem esquecer dos verdadeiros habitantes deste: os povos indígenas, pois eles tinham suas formas de convivência em seus grupos e, portanto, suas formas de organização familiar, deixando também sua marca na história familiar brasileira.

O que se propôs ao retratar a trajetória da família brasileira é verificar as transformações nos modelismos utópicos e idealistas que se constituíram ao longo da história familiar contemporânea, sem anular em relação aos fatos históricos importantes que envolvem esta temática.

1.1 As Transformações nas Formas de Organização Familiar no Brasil Contemporâneo e Constitucional Democrático

Percebe-se a diferença do contexto familiar em vários países, ou não precisa-se ir muito longe, ao observar-se as várias regiões brasileiras, verifica-se inúmeras diferenças: históricas, políticas, culturais, religiosas, étnicas e tantas outras. Sendo assim, não há como obter um conceito ou significado único para a instituição familiar havendo tantas diferenças na construção histórica de cada país, ou de cada região dentro de um país.

Sabe-se que as transformações nas formas de organização familiar no Brasil Contemporâneo e Constitucional Democrático estão diretamente ligadas aos momentos históricos pelos quais passa este país. Um exemplo é o período do início da colonização, século XVI e XVII com os colonizadores europeus a ditarem a forma “correta” de relações, estes tinham uma forte influência da igreja católica e o conservadorismo era uma marca destes países (principalmente Espanha e Portugal).

Os povos indígenas com suas formas organizacionais diferentes se tornaram para os colonizadores europeus uma ameaça aos seus interesses exploratórios no país, para garantir seus ideais eles viram a necessidade de impor suas crenças e legitimarem seus valores, disseminando a cultura e organização indígena. Monteiro (1994) cita que, ao longo do século XVI, as relações luso-indígenas predominantes eram de alianças e trocas, buscando o conhecimento e posse das terras, bem como a busca da mão-de-obra indígena, porém já no final do século XVI tinha-se como resultado a escravidão indígena, em que a relação luso-indígena toma outro significado para os índios, que é a destruição de suas culturas e sociedades. A escravidão seguia a divisão sexual: mulheres e crianças faziam trabalhos de plantio e colheita, enquanto os homens eram usados para o transporte das cargas, e em

expedições de apresamento, que nada mais era que o ato de capturar mais índios para a escravidão.

Mas os índios conheciam muito as terras que habitavam, e quase sempre conseguiam fugir e lutavam muito pela liberdade guerreando, fazendo com que os colonizadores no século XVII observassem que a escravidão dos povos africanos seria mais legitimada através de motivos morais, legais e comerciais. Eles sabiam que os povos africanos vindos de outras terras e sem conhecer os modos de subsistência das terras brasileiras teriam que se submeter a servir de mão-de-obra escrava para sobreviverem em terras desconhecidas, e esta situação estendeu-se até o final do século XIX com a Lei da Abolição.

Foi desta forma que tanto negros como índios com suas formas organizacionais, históricas e culturais diferentes da chamada “civilização” foram utilizados como mão-de-obra escrava dos exploradores colonizadores.

Entre os séculos XVI a XVIII os colonizadores europeus tinham como modelismo ideal a família aristocrática e a família camponesa, mas aqui no Brasil com a influência muito grande da igreja católica o padrão adotado como ideal foi a família patriarcal, como descreve Arantes (1994, p. 15), “família patriarcal -, um tipo fixo onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais”. As outras organizações familiares, como as dos africanos eram ignoradas nesta época, pois, para os colonizadores, somente os casamentos abençoados pela igreja e entre abastados tinham real e significativo valor. Para estes os escravos viviam na promiscuidade sexual.

Esta situação acontecia devido à fragilidade das uniões entre os escravos, pois menciona Arantes (1994) que devido às condições do cativo e aos resgates de separação de suas linhagens, aos desmandes e violências dos seus senhores, os escravos perdendo

suas culturas religiosas, perdiam conseqüentemente suas normas sexuais e familiares, gerando o enfraquecimento das relações familiares.

No século XIX a vinda das massas européias de pessoas necessitadas e outras advindas da miserabilidade industrial na Europa, trouxe para a agricultura do Brasil numerosas famílias européias para serem “trabalhadores rurais”. Segundo Arantes, (1994, p. 17) a imigração de europeus era financiada inicialmente por fazendeiros de São Paulo, mas, como no final do século XIX a abolição dos escravos africanos era certa, os fazendeiros pressionaram o governo federal a custear “a imigração em massa para cobrir sua crescente demanda de mão-de-obra”. Em toda essa imigração existia um interesse escuso dos governantes europeus que viram o modo mais eficaz de “se livrarem de pessoas idosas, condenadas, cegos e mães solteiras, que eram um peso para as finanças locais”.

No final do século XIX com a Proclamação da República em 1889, tinha-se no Brasil uma miscigenação de três etnias (indígenas, africanas e européias) com diferenciais gritantes que iam desde os aspectos étnicos até os aspectos históricos e culturais vivenciados. A maneira de englobar em um único país pessoas tão diferentes chamava a atenção de todos, que nesta época tinham como concepção de cidadania a igualdade étnica, por isso a dificuldade em chamar de cidadãos os que “nem humanos eram considerados”, como vê-se em Kaloustian, (1994), se referindo ao debate incansável sobre a formação da nacionalidade e cidadania vinda de uma massa de ex-escravos e de miscigenados de origem africana e indígena, todos advindos de “raças inferiores”, como legitimavam as crenças religiosas e científicas da época, que se referiam a supremacia dos brancos e a “barbárie” e “inumanidade” dos africanos.

Neste mesmo final de século vinha ocorrendo no mundo a Revolução Industrial, e logo o Brasil teve que se desenvolver, industrializando-se e urbanizando-se já no início do século XX. É através da industrialização que o capitalismo ganha força e os pensamentos

liberais começam a ser formulados para benefício do capitalismo. Formaram-se então duas classes distintas, os burgueses e o proletariado.

As organizações familiares dos colonizadores europeus eram formadas por famílias proletárias e famílias burguesas. Já no Brasil, a família colonial ainda era forte, mas devido a inserção da industrialização as modificações começaram gradativamente no início do século XX para famílias proletárias e famílias burguesas.

No século XX o homem teve um desenvolvimento extraordinário em todas as áreas possíveis e imagináveis como tecnológica, científica, humanas, sociológicas e outras. A sociedade passou desta forma por inúmeras transformações estruturais que vem estabelecer a realidade dos dias atuais.

Neste século, aconteceram fatos marcantes em nível mundial, que proporcionaram uma nova trajetória da história familiar da humanidade e suas formas organizacionais: as duas guerras mundiais trouxeram ao Brasil verdades e mentiras sobre todas questões que as envolviam e que vieram promover o norteamento do caminho do país. A grande massa da população não sabia ler, escrever e também não tinham acesso a quase nenhuma informação correta. O que aconteceu no país foi uma guerra de interesses exploratórios dos países europeus e dos Estados Unidos que trouxeram também modelismos ideais de visão de mundo, alguns resquícios de direitos principalmente declarados no papel e não no cotidiano das pessoas e de formas organizacionais de família.

Outro fato importante foi a Guerra Fria na década de 40 que foi muito mais que uma disputa armamentista e geopolítica, ela teve uma importante dimensão cultural. Arbex (1999, p. 06) retrata a guerra fria da seguinte maneira:

Ela mexeu com a imaginação das pessoas, criou e reforçou preconceitos, ódios e ansiedades. Nesse sentido mais amplo, dois marcos parecem ser mais adequados quando se trata de dar à Guerra Fria o seu conteúdo

simbólico mais abrangente: o seu início foi a conquista de um novo poder, a bomba atômica, e o seu fim foi a Guerra do Golfo, quando os Estados Unidos escolheram outros símbolos do Mal para ocupar o lugar que antes pertencia ao comunismo, como o chamado fanatismo islâmico ou o narcotráfico.

A Guerra Fria se manifestou em todos os setores da vida e da cultura, representando a oposição entre dois ideais: o ideal socialista e o ideal capitalista. Os socialistas idealizavam uma sociedade igualitária, onde o Estado era o dono dos bancos, das fábricas, do sistema de crédito e das terras, e era ele (o Estado) que deveria distribuir riquezas e garantir uma vida decente a todos os cidadãos. Para os capitalistas, o raciocínio era inverso. A felicidade individual era o principal. O Estado justo era aquele que garantia a cada indivíduo as condições de procurar livremente o seu lucro e construir uma vida feliz. A solução dos problemas sociais vinha depois e estava em segundo plano. É por isso que a implantação de um dos dois sistemas, em termos mundiais, só seria viável mediante o desaparecimento do outro. Nenhum país poderia ser, ao mesmo tempo, capitalista e comunista. Esta constatação deu origem ao maior instrumento ideológico da Guerra Fria: a mídia. Evidentemente que através destes fatos negativos ocorriam alguns pontos positivos, como as Declarações dos Direitos Humanos em 1948.

Um ponto de grande relevância para a população mundial do século XX foi a construção dos direitos sociais, que trouxe uma nova dimensão de cidadania, pois o entendimento de cidadania do século XIX era em aspecto aos direitos políticos. Esta nova dimensão de direitos sociais tem como precursora a política social que foi construída a partir das mobilizações operárias que se sucederam ao longo das primeiras revoluções industriais. A política social é compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, e só pode existir com o surgimento dos movimentos populares já no século XIX.

No Brasil, fazendo uma análise histórica das políticas sociais, foi somente com a Revolução de 30 com o colapso político das elites agrárias e a incapacidade das demais classes dominantes (industriais, comerciantes) assumirem o poder, trouxe ao governo um Estado Populista que tinha como bases de sua legitimação as massas populares, porém não tão populista assim, pois somente alguns segmentos da classe trabalhadora obtiveram alguns benefícios sociais, principalmente previdenciários, tudo através de mecanismos de cooptação para o melhor controle das massas assalariadas, sendo desta forma obtido sem pressões reais das classes.

A partir do golpe militar de 1964, houve o rompimento do padrão corporativista do populismo que visava os interesses de uma burocracia sindical ligada ao Estado para uma cooptação de determinados indivíduos e grupos empresariais. Com esse rompimento interrompeu-se o crescimento sindical, eliminaram-se partidos políticos, houve repressão aos movimentos sociais e centralizou-se o poder ao nível do Executivo. Isso gerou a ampliação da internacionalização da economia brasileira, levando a modelos de políticas sociais voltadas a complementar as políticas de desenvolvimento econômico, visando desta forma garantir a legitimação do Estado Autoritário, desviando deste governo o foco de atenção da sociedade civil. Somente no governo Geisel, no final da década de 70, que a política social começou a ser percebida como uma resultante das articulações feitas entre Estado e sociedade civil e não como subproduto da economia, porém se usou dos elementos políticos partidários e deu-se uma ação clientelista às políticas sociais, beneficiando o partido da situação, a partir da abertura gradativa do regime de governo é que movimentos sociais na década de 80 conseguiram abertura na intervenção de políticas sociais mais focalizadas nas reais questões sociais vivenciadas, como afirma Guimarães (1993, p. 08):

O processo de abertura política num contexto de profunda heterogeneidade econômica e social gerou uma reformulação do debate político e da ação estatal na sociedade. Nesta perspectiva, ao longo da década de 80, observou-se um conjunto de transformações no campo das políticas sociais. Este período é marcado por uma intensa mobilização de segmentos da sociedade civil em busca da ampliação dos direitos políticos e sociais, principalmente, através da criação de novas formas associativas e da revitalização dos partidos políticos.

A atuação das políticas sociais voltada para a família brasileira no século XX foi muito tímida e ineficaz, pois veio trazer “apoio” em diferentes segmentos individualizados, não objetivando o atendimento integral à família. As políticas sociais vieram combater necessidades emergenciais, não possibilitando a construção da independência familiar para se estruturar e organizar do modo que mais lhe aprouvesse, por isso elas se tornam sem nenhuma ou muito pouca eficácia, não trazendo equidade, mas reafirmando as desigualdades sociais. Essa forma fragmentada de individualizar os problemas englobados na instituição familiar é vista quando se percebe em que contexto se trabalha com ela, como coloca Carvalho (1995, p. 12):

O trabalho com famílias foi considerado na maioria das vezes como uma prática conservadora e disciplinadora sob o rótulo do planejamento familiar. A atenção à família se tornou periférica. Quando existente, não era o alvo, mas sim a mulher, o trabalhador, a criança.

Apesar de tantos esforços e da ampliação dos direitos sociais através da Constituição de 1988, percebe-se que a efetivação do seu conteúdo ainda não acontece de maneira plena e harmônica, e só será de fato quando todos os cidadãos brasileiros forem atendidos com os direitos que foram constituídos democraticamente.

Outro fato importante é a grande influência da mídia, onde autoridades e até mesmo pensamentos ideológicos são colocados de modo que se faça adorar, idolatrar ou odiar, repudiar tais ideais, atitudes ou pessoas que ali são expostas de maneira negativa ou

positiva, que vai ao encontro dos interesses de uma pequena minoria que detém o poder e controle da mídia, ou da riqueza econômica do país. No caso do Brasil a grande ênfase e domínio exercido pelos ideais e sonhos capitalistas, trazidos pela mídia dos Estados Unidos no século XX, trouxeram a visão de ideário de nação e cidadãos americanos.

Este referencial trouxe para o Brasil alguns pontos que são essenciais ao sistema Neoliberal como: a ênfase dada à individualidade; o abandono da tradição; a maior participação da mulher no mercado de trabalho; a possibilidade das mulheres exercerem o controle de natalidade e a grande influência da mídia, principalmente da TV, invadindo lares e impondo valores, nem sempre condizentes com a realidade em que se encontram as famílias brasileiras.

Com o surgimento no século XX da família contemporânea, nuclear, formada por pais e filhos, a sociedade passou a se constituir através de seus valores, padrões e culturas próprias, estendendo-se a inúmeras formas organizacionais familiares. No Brasil este caminho levou a uma maior fragilização das famílias como confirma Miotto (1997), pois as mudanças ocorridas nas famílias trouxeram uma fragilização de seus vínculos e uma maior vulnerabilidade em seu contexto social. Isto remete aos fatos mais atuais dos conflitos familiares, pois de um lado tem-se um segmento organizacional que somente sobrevive e existe através de suas correlações e de outro um sistema político e econômico que se baseia em entender a família como sujeitos de interesses individuais. Miotto (1997) salienta esta situação como o embate contemporâneo entre o projeto pessoal dos pais e o projeto familiar de cuidado do outro, trazendo para a atualidade um conflito pessoal e um estresse para todos que estão inseridos no âmbito familiar. É desta forma que chega-se as várias conseqüências econômicas e sociais na vida familiar e que irá se discutir a seguir.

1.2 As Conseqüências Econômicas e Sociais na Família

Devido às múltiplas faces do sistema capitalista e aos impulsos para o caminho neoliberal, percebe-se que a influência da economia no cotidiano familiar vem aumentando em virtude do processo consumista que este sistema cria, dando forma e vida a produtos desnecessários e gerando a necessidade extrema de fazê-lo ser de importância para todos. Os responsáveis por uma família tentam providenciar aos seus filhos ou membros uma melhor qualidade de vida, apesar de seus esforços e de estarem no mercado de trabalho adquirindo meios econômicos para suprir as necessidades básicas, não conseguem atingi-las completamente. Segundo Kaloustian (1994) muitas famílias se tornam vulneráveis, pois se encontram diretamente associadas à situação de pobreza e ao perfil de uma má-distribuição de renda no país.

Sendo assim, os riscos que as famílias correm por não suprirem a demanda do consumismo provoca na organização familiar uma ruptura na autoridade dos pais, questionada por fatores econômicos e não mais por fatores com relação a atitudes, valores e regras destes. Atualmente todas as questões que se referem aos direitos e deveres dentro da vida familiar são hoje objeto de negociações capitalistas. Deste modo, a forma tradicional de estrutura familiar está sofrendo modificações levando a outras formas de organização familiar, ou a um extremo, como o de uma família permissiva e sem limites para com seus filhos.

Carvalho (1995) mostra que a autoridade baseada no respeito mútuo leva a construção de uma moral autônoma que “consiste em compreender o porquê das leis que a sociedade nos impõe e que não somos livres de recusar”. Assim, a educação baseada na imposição de regras, ou que ignora que estas não podem ser recusadas, impede que o indivíduo desenvolva o sentido de si e do outro, tornando-se um adulto incapaz de escolher.

Para que o indivíduo adquira a noção de justiça, que se estenda ao plano da cidadania, é preciso que tenha incorporado as regras com base no respeito mútuo, na cooperação e não no respeito unilateral e na coação. Essas noções, que devem ser adquiridas na instituição familiar, pressupõe pais que sejam capazes de exercerem esse sentido de justiça em suas próprias vidas, que consigam respeitar os limites da autonomia, que envolva tanto o sentido de si como do outro, em busca de um ambiente mais propício ao desenvolvimento de seus filhos.

Voltando aos fatos sociais, mas que interferem nos econômicos e o poder de influência da economia nas questões da família contemporânea, tem-se ainda nos ideais neoliberais a valorização da individualidade em detrimento da responsabilidade perante o outro nas relações familiares. Uma vez que se instala essa consciência individual no contexto familiar, o interesse comum é deixado de lado para dar vazão a utopias transmitidas através de comportamentos e atitudes exploradas pela mídia, que faz muitas pessoas ultrapassarem seus próprios valores e verdades constituídos ao longo de suas experiências de vida.

As situações dos maiores conflitos familiares segundo Mioto (1997, p. 125):

Advém do meio extrafamiliar, ou seja, das políticas econômicas que expõem, cada vez mais, as famílias ao desemprego, às migrações e ao empobrecimento. Tal situação faz com que elas tenham, cada vez menos, condições de desempenhar suas tarefas e arcar com as exigências de desenvolvimento de seus membros. Neste contexto, as dificuldades tendem a se avolumar, [...] e a mudança depende muito da sua participação em movimentos reivindicatórios organizados, em busca de melhores condições de vida.

Outras conseqüências sociais também muito importantes no espaço familiar, segundo Mioto (1997), são as dificuldades de relacionamento, os membros-problemas e as doenças, sendo que as propostas nas políticas sociais devem partir para a atuação na

família e não no indivíduo, garantindo, assim, um verdadeiro e real atendimento com significativos resultados. Em muitas situações a vulnerabilidade social mostra que a família é o espaço de “cuidados”, mas para desempenhar suas funções necessita “ser cuidada”.

É nesta corrente de pensamentos que a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Nº 8069/90 vem trazer a esta parte do segmento vulnerável um avanço nos direitos democráticos, materializando esses direitos de fato para que exista cidadãos, exercendo plenamente seus direitos constitucionais.

1.3 A Constituição de 1988, sua Construção Democrática e as novas Perspectivas nas Relações Familiares com a chegada do Estatuto da Criança e do Adolescente

Com a Constituição de 1988, grandes e importantes avanços nos direitos começavam a se construir levando a uma transformação na ótica do Estado e da sociedade, atribuindo-lhes responsabilidades e direitos, levando-os a estruturar todas as redes sociais da qual o ser humano se encontra inserido sejam estas públicas ou privadas, levando a universalização das condições humanas a um patamar igualitário de direitos constitucionais, trazendo uma direção e embasamento para muitos profissionais garantirem e intervirem nas questões sociais cada vez mais emergentes.

Desde as formulações de políticas sociais baseadas nos direitos adquiridos com a Constituição de 1988, os profissionais de Serviço Social podem atuar a partir de seus instrumentos técnicos operativos, a exemplo do que prevê o artigo 6º no capítulo II dos direitos sociais:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Com este aparato Constitucional de direitos democráticos, muitos foram os avanços legais e o trabalho com os segmentos vulneráveis tomou uma outra esfera. Em especial foi dada a atenção para as crianças e adolescentes sob a perspectiva do futuro do país, e em 1989 na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Brasil tornou-se signatário destes ideais, e ainda em 1990 foi aprovada a Lei Nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, baseado nos princípios da Convenção Internacional. Através desta aprovação essa temática tornou-se mais explícita em todos os órgãos e entidades que lidam com crianças e adolescentes no país.

As leis brasileiras a respeito da infância no Brasil, no século XX, apresentaram dois marcos importantes: o Código de Menores de 1927 cujas crianças eram tratadas como menores abandonados e delinqüentes, a situação estava sob a ótica do direito penal, já em 1979, com algumas alterações, o código de menores de 1927 se dirigia aos aspectos de situação irregular cujo tratamento era direcionado aos menores em situação irregular, com a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 rompe-se com o tratamento dado à criança, objetivando sua proteção sob a forma integral.

Há observações que deve-se fazer com relação aos dois momentos da história dos direitos da infância:

Nos caso dos Códigos de Menores de 1927 e 1979, em ambos as leis de regulação foram elaboradas por juristas; no Estatuto da Criança e do Adolescente tem-se as leis de regulação elaboradas com a participação da sociedade civil, dos setores governamentais e parte do sistema de justiça, exemplos: Conselhos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, Conselhos Tutelares, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

No Código de Menores, o modo de ação sobre estes “menores” estigmatizava e segregava esta parte da sociedade, enquanto que no Estatuto da Criança e do Adolescente tem-se a integração das crianças e dos adolescentes na sociedade.

No código de menores os juízes detinham o “poder” sobre a vida das crianças e adolescentes, definindo e decidindo sobre seus destinos. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a natureza é jurídico e social, sendo as crianças e os adolescentes sujeitos de direitos, garantidos pela sociedade civil e pelo poder público.

Em suma, pode-se dizer que o código de menores estava diretamente organizado por um tipo de governo centralizador e estatizante, em que o comando se dava através da ordem federal em um comando único que não visava os problemas mais imediatos e locais. O Estatuto da Criança e do Adolescente possibilitou a descentralização e participação, sendo organizado em nível municipal, com os Conselhos Municipais de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo neste fato, a mola propulsora, podendo impulsionar para que as mudanças necessárias a esta demanda ocorram.

O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta-se para demonstrar que a sociedade civil pode e deve responder às necessidades básicas de crianças e adolescentes, produzindo em conjunto com a família e o Estado mudanças tão almejadas por toda a sociedade, ou seja, atuando como agentes promotores das garantias dos direitos, sem qualquer tipo de discriminação, exclusão ou exceção.

Sabe-se da vulnerabilidade ao qual passa a instituição familiar brasileira hoje, e que, para a família conseguir garantir os direitos de cada um de seus membros, seu espaço familiar deve estar inserido também neste processo de atenção e proteção, como fala Míoto (1997, p. 123):

Por processos de atenção à família estamos entendendo todo o conjunto de ações e propostas que interferem na vida familiar e podem ser articulados em três pilares, a saber: as políticas sociais, o modelo assistencial vigente nos espaços institucionais, as demandas específicas de cada grupo familiar.

Deste modo entende-se que se esses três pilares se articularem conjuntamente, a família terá um respaldo em seu espaço e conseguirá mudar sua necessidade atendendo aos seus membros da maneira que a legislação vem contemplar.

Também com a Constituição Brasileira, em que se define um princípio de que a democracia passe de representativa para uma democracia participativa, esse princípio da participação preconizado pela Constituição está presente no Estatuto da Criança e do Adolescente, definindo procedimentos, alternativas de ação e normas de funcionamento das instituições públicas e privadas, que juntas devem buscar soluções em cada cidade e comunidade brasileira.

Essa atenção dirigida aos municípios e às comunidades expressa outro princípio presente na Constituição: a descentralização político-administrativa, com a autonomia restituída, cabe ao município a responsabilidade de pensar e definir os destinos de seus moradores, quais os dispositivos políticos e institucionais mais adequados à realidade local.

Dessa forma o município é a primeira instância de poder na prestação de atendimentos à criança, ao adolescente e à família. Para que a estrutura de atendimento contida no Estatuto da Criança e do Adolescente se viabilize, foi contemplada na lei a criação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente. Este é o órgão municipal que tem a responsabilidade de decidir, definir e formular as ações básicas para a concretização das políticas sociais no âmbito da infância e da adolescência.

Os Conselhos de Direito são paritários, com participação metade do governo, metade da sociedade civil. São de caráter deliberativo e não executivo das políticas, não fazendo, portanto, nenhum tipo de atendimento direto. O Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 88, item II, refere:

Criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações

em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais.

Ao Conselho Tutelar compete zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, cabendo-lhe atender as denúncias de violações e encaminhá-las para as instâncias responsáveis pela sua execução. No Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 131, regulamenta:

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.

Com a descentralização das políticas de atendimento, percebe-se a situação de um Estado mínimo com a transferência das suas responsabilidades sociais por consequência do neoliberalismo onde Laurell (1997, p.167) coloca que:

[...] as quatro estratégias concretas de implantação da política social neoliberal são o corte dos gastos sociais, a privatização, a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização.

Quando os municípios não atendem à demanda das questões sociais com políticas sociais efetivas, os movimentos sociais adquirem um papel importantíssimo de fazer a diferença em sua comunidade, como é o caso dos Conselhos Comunitários que suprem as muitas demandas emergenciais, fazendo trabalhos com os segmentos mais vulneráveis da população, trazendo auxílios restritos diante de tantas demandas cada vez mais ampliadas por fatores de ordem econômica, social, ética e política. No contexto “família” e “comunidade” Carvalho (1995, p. 13) coloca o seguinte:

Primeiro, a família como unidade econômica e direito da criança. Segundo, a comunidade como necessidade de o Estado nacional com ela partilhar as responsabilidades e os custos das políticas públicas de produção e reprodução social de seus cidadãos. Este ressurgimento reflete ainda uma certa consciência do esgotamento da opção – quase única – pelo indivíduo, centro da atenção pública. Não é por acaso que em 1994 viveremos o Ano Internacional da Família e possivelmente um outro ano será ancorado na idéia da “comunidade”.

Esta citação deixa claro o conhecimento sobre a importância da família na vida de todo indivíduo, porém o cotidiano do espaço familiar é contestado e desrespeitado por ações assistencialistas e tutelares. A família precisa de prioridade nas políticas sociais e como cita Carvalho (1995) é preciso envolvê-la em “programas de geração de emprego e renda; rede de serviços comunitários de apoio psico-social e cultural; complementação da renda familiar”. Somente com estas ações se tem um caminho para suprir as necessidades que a família apresenta.

É deste modo que o Conselho Comunitário realiza o seu papel na comunidade, e a afirmação de Carvalho (1995, p. 18) é incontestável, pois para o autor:

Há décadas passadas os centros comunitários mantinham os chamados clubes de mães, cursos para gestantes, ruas de lazer, etc. Tais serviços são hoje escassos e trabalham sem diretrizes, processos e recursos necessários à garantia de efetividade e eficácia nos resultados[...] As famílias necessitam de programas que reenergizem sua existência cotidiana e não apenas atuem ao nível das suas condições materiais de vida. Programas dessa natureza devem ser facilitadores da participação cidadã nas decisões e destinos dos serviços e da comunidade em que se inserem. Também aqui se articulam a oferta de programas de formação social, profissional, escolarização básica e outros demandados pela vida na sociedade contemporânea.

Tornam-se necessárias à criação e a implantação de Programas Sociais que viabilizem a instituição familiar autônoma, crítica e participante, para que ela supere suas

crises de estresse familiar de forma natural. E visando a implantação desta política é imprescindível conhecer estas famílias e identificar suas necessidades.

CAPÍTULO 2 A TRAJETÓRIA DOS CONSELHOS COMUNITÁRIOS E AS RELAÇÕES FAMILIARES NA CONTEMPORÂNEIDADE

Este capítulo aborda desde a história dos Conselhos Comunitários, o início da implementação em Santa Catarina e aspectos relacionados a sua intervenção familiar. O capítulo enfoca as políticas sociais voltadas para a família, sua relação histórica com os Conselhos Comunitários e o trajeto do trabalho com as famílias do Centro Comunitário Ponte do Imaruim (C.C.P.I). As situações contemporâneas familiares encontradas através do grupo de pais são abordadas na pesquisa que se realizou e seus resultados contrastaram-se com a realidade estabelecida pelo sistema capitalista, todos esses dados são colocados a seguir.

2.1 A História dos Conselhos Comunitários e do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim.

Os Conselhos Comunitários surgem através dos movimentos sociais da década de 70 e 80 tendo por base alianças para providenciar resoluções de problemas cotidianos, objetivando a organização na obtenção de resultados para a comunidade.

Para Quesada (1980, p. 41) “a comunidade é a célula da vida social cujo núcleo é a família”. Desta forma, se pode refletir de que tanto a família quanto a comunidade são os núcleos sociais básicos aos indivíduos, pois todos vivem e trabalham nela, e como pode-se supor a qualidade de vida de uma comunidade depende diretamente da qualidade de vida das famílias inseridas na convivência desta.

A organização comunitária em Santa Catarina se deu a partir da década de 70 com os governos da época, criando políticas públicas e programas de ação para as organizações

comunitárias; a legitimação destes espaços tinha como objetivo escuso a aproximação do governo com a população (já que a ditadura começava a ficar enfraquecida no final da década de 70 e os partidos políticos começavam a reaparecer no cenário da política brasileira) e ao mesmo tempo a divisão das responsabilidades sociais com a população, como aponta Machado (1990, p.27):

[...] o programa Estadual de Estímulo e Apoio à criação e funcionamento de Conselhos Comunitários, caracterizados como organismos destinados a coadjuvar o poder público na execução de tarefas de natureza sócio-cultural, visando a integração e o desenvolvimento da comunidade.

O governo de Santa Catarina faz adequações em respaldo ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) reconhecendo juridicamente as várias formas de organização comunitárias que aqui já existem, incentivando a realização e a criação de novos Conselhos, dentre eles o Conselho Comunitário Ponte do Imaruim fundado em 27 de agosto de 1978. Outro fato nesta década é o Decreto Nº 2.840 do governador Konder Reis, que define o que seriam os Conselhos Comunitários no Artigo 2º:

[...] considera-se Conselho Comunitário a associação dotada de personalidade jurídica de direitos privados, sem fins lucrativos, integrados por membros da mesma comunidade, criada sob orientação e supervisão do Estado, que tenha as finalidades, a estrutura e preencha os demais requisitos previstos nos capítulos seguintes. (MACHADO, 1990, p. 33)

E foi desta forma que se iniciou o processo de organização dos Conselhos Comunitários no Estado de Santa Catarina, como menciona Truppel (1997, p.55) servindo na época aos interesses de partidos políticos, “apresentando-se nesta fase como aparato para angariar prestígio e votos nas eleições”.

Apesar do controle governamental, os Conselhos Comunitários apresentavam-se como espaços públicos que possibilitavam a participação da comunidade, mesmo neste período ditatorial, constituindo-se como espaço de direito para este segmento da sociedade.

Com a Constituição de 1988 entram em discussão os objetivos e finalidades do Conselho Comunitário passando-se a ter um olhar mais voltado para uma organização da Sociedade Civil de fato, desvinculando-se do controle gerencial do Estado e passando a ser somente gerador de parte dos recursos para o desenvolvimento das ações comunitárias, estando amparado atualmente pela Lei N°9.970, de 23 de março de 1999, como expõe o art.1º:

Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de interesse público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

Esta nova Lei trouxe a desburocratização do processo de reconhecimento institucional dos Conselhos Comunitários, sendo qualificadas as organizações que realizam trabalhos em qualquer área especificada no Artigo 3º da mesma lei que diz:

[...] cujos objetivos sociais tenha pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I- promoção da assistência social;
- II- promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III- promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV- promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V- promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI- defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII- promoção do voluntariado;
- VIII- promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

- IX- experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X- promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI- promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Com este campo de atuação para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, os Conselhos Comunitários ganham espaços para trabalhar na área em que a comunidade mais tem necessidade e não mais de acordo com os interesses do Estado.

O histórico do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim seguiu o contexto abordado anteriormente, mas claro que com algumas particularidades da sua comunidade. Em agosto de 1978 foi sua fundação, já em novembro de 1978 foi realizada a primeira reunião, tendo por finalidade a aprovação do Estatuto da entidade e a composição de uma “Comissão Consultiva” que em janeiro de 1979 se reuniu para a eleição da primeira diretoria deste Conselho, sendo eleito o Presidente, seu vice, secretário, tesoureiro e um Conselho Fiscal (todos moradores do bairro). Outros fatos importantes são mencionados por Truppel (1997, p. 56) que descreve sobre as primeiras atividades que:

Foram destinadas ao atendimento ao menor e ao idoso, através dos projetos Casulo e Conviver da Legião Brasileira de Assistência – da extinta LBA. Na época estes segmentos da população apresentavam demandas e a política pública oferecia condições político-técnico e financeiras de atendimento.[...] procurou desenvolver trabalhos junto a comunidade, tais como servir de mediador entre as questões do bairro e o poder público municipal e estadual.

Há um ponto a ser mencionado quanto aos Conselhos Comunitários e Centros Comunitários, onde suas diferenças são esclarecidas por Truppel (1997, p. 58):

[...] esclarecendo a diferença entre Conselho e Centro Comunitário, sendo que o primeiro refere-se ao grupo de pessoas que forma a diretoria.[...] Enquanto que Centro Comunitário refere-se as instalações físicas ou equipamentos comunitários, onde são realizados e executados os programas e projetos do Conselho.

O poder público através do governo estadual foi quem providenciou o financiamento para a construção da sede do Centro Comunitário Ponte do Imaruim e para as ações dos projetos com crianças e idosos; o trabalho com as mães também existia com o Clube de Mães. Em troca destes recursos eram exigidos do Conselho Comunitário uma obediência aos parâmetros governamentais, para que não houvesse autonomia no gerenciamento do Conselho. A diretoria não questionava o governo pois necessitava dos recursos para garantir o atendimento da demanda que crescia muito, isto na década de 80. O valor cívico do Conselho estava muito arraigado ainda com os ideários ditatoriais da época, isso fica claro através de registros da Ata de 1983 que mostrava a importância de se constituir uma bandeira, e Truppel (1997, p. 60) destaca que “A bandeira ao ser proposta e concretizada significou, para o Conselho Comunitário uma forma de reconhecimento ao governo por se sentirem agradecidos, privilegiados e desejarem atribuir visibilidade ao Conselho enquanto tal”.

Embora necessitando da parceria do Estado para sua atuação, o Conselho Comunitário move-se agindo na luta das questões de cidadania e democracia em sua comunidade, tendo a parceria da administração e do Serviço Social no desenvolvimento de ações na comunidade e na própria equipe de profissionais do Centro Comunitário.

Atualmente o Centro Comunitário Ponte do Imaruim situado na Rua: Trinta e Um de Março s/nº - Ponte do Imaruim – Palhoça – SC executa programas e projetos nas áreas a seguir, contando com o apoio de uma equipe técnica formada por 23 profissionais:

- **Atendimento à criança:** são atendidas 130 crianças de 03 a 06 anos, em turnos de período integral ou meio período, a elas é oferecida alimentação, tratamento odontológico, parte do material didático e são preparadas para o futuro ingresso no ensino fundamental;
- **Atendimento ao idoso:** são 165 idosos que participam do Grupo Viva a Vida, reunindo-se semanalmente e desenvolvendo diversas atividades como: dança, trabalhos manuais, recreações, passeios e, buscando em grupo o principal objetivo que é a valorização do ser humano na terceira idade, conseguindo uma participação na comunidade em que vivem;
- **Atendimento às mães:** são 120 senhoras que integram três Clubes de Mães, que se reúnem semanalmente, elas se auto-organizam e direcionam suas atividades para a realização de trabalhos manuais, recreações, passeios, fazendo também a interação com outros grupos, participando de palestras educativas e de formação, especialmente na área da mulher;
- **Cursos de Pintura em Tecido e Tela:** que são cursos que tem por finalidade possibilitar o desenvolvimento de dons e aptidões dos moradores do bairro, trazendo à população mais carente uma alternativa de renda;
- **Atendimento à Comunidade:** o Conselho, através dos funcionários, voluntários e estagiários desenvolvem trabalhos junto à comunidade, sendo um articulador e mediador de ações importantes para o bairro, e que exige burocracia e formalidade junto aos órgãos públicos. Os cidadãos que têm sugestões, críticas ou precisam de algum tipo de encaminhamento, quando de interesse público, procuram orientação no Centro Comunitário;

- **Assessoria a outras entidades:** faz o atendimento a outras entidades comunitárias ou não, esclarecendo suas dúvidas quanto ao funcionamento de um Centro Comunitário, à organização de documentação, reuniões de planejamento, etc.

O Conselho Comunitário Ponte do Imaruim apresenta-se representativo nos Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente, Saúde e Assistência Social.

Possui convênios de parcerias com o Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família e da Educação e Desporto, no âmbito municipal, também possui convênio com a Prefeitura Municipal de Palhoça para o desenvolvimento de ações no atendimento à criança dos três a seis anos de idade.

Essa rede de serviços vem ao encontro das demandas da comunidade, ou seja das necessidades das várias famílias que vivem na comunidade.

Torna-se, portanto, fundamental analisar como a instituição familiar é vista na organização comunitária e a participação do Serviço Social neste movimento.

2.2 As Políticas Sociais, o Serviço Social e o Conselho Comunitário Ponte do Imaruim: da Fragmentação à Coletividade.

A atuação do Serviço Social com a família deve ser contextualizada em âmbito nacional, principalmente a partir do final do século XX quando ocorreu um grande desenvolvimento teórico-intelectual dos profissionais atuantes na área, considerando também o desenvolvimento tecnológico, a globalização, o desemprego estrutural, as grandes desigualdades de renda das famílias, os grandes avanços e retrocessos do sistema capitalista no final do século. E como meio de enfrentamento as Políticas Sociais para com

a família no Brasil realizam-se muitas vezes pela via assistencialista e tutelar, não atuando para a construção da cidadania. Como argumenta Kaloustian (1994, p. 94):

As características da nossa política social podem ser expressas por algumas de suas opções:[...] é assistencialista e tutelar quando direcionada aos segmentos empobrecidos da população.[...] resultou um desenho de política social extremamente setorizada, centralista e institucionalizada, ele sendo o indivíduo como portador de direitos e elemento central.[...] e não mais os coletivos do tipo família ou comunidade. Estes últimos foram substituídos por serviços sociais institucionalizados, tais como: creche, escola, ginásio de esportes, etc.

Não se pode propor política de atendimento às famílias sob a forma fragmentada e individualizada, segundo Kaloustian (1994, p. 96):

A família brasileira sempre foi centrada em políticas sociais e de atendimento com base nas figuras da “maternidade e infância”, “menor abandonado, delinqüente”, “menino de rua”, “excepcional” e “idoso” e, como agravante, todos considerados solitários e descontextualizados, até mesmo dos seus valores sócio-culturais.

O trabalho com grupos nos segmentos sociais é uma das alternativas de atendimento apropriado à situação social atual, pois se consegue fazer o fortalecimento de grupo e quebrar com o individualismo que se instaurou na sociedade devido aos fatores econômicos que prevalecem, faz-se também a reflexão de que com o nosso passado histórico, ter-se-á força em conjunto e não como indivíduos isolados, até porque os problemas não são focais e fragmentados, mas em muitos casos únicos nos segmentos vulneráveis que os atingem.

A maneira de se trabalhar com as famílias a partir de trabalhos em grupos, também é um fator importante para se obter resultados como explica Kaloustian (1994, p.99):

[...] o próprio rendimento individualista/assistencialista da relação formal e hierárquica provoca uma atitude de passividade e apatia por parte dos usuários. Uma postura que estabelece uma subordinação da famílias-clientes ao saber do profissional, desde o vocabulário até o local de atendimento e a atitude da entrevista, gera um ambiente desconhecido e enigmático.[...] A proposta inovadora busca, pela participação social, mesmo com reduzido número de pessoas e com estruturas não tão burocratizantes, informais, que seja reduzida a distância entre o líder e os demais participantes, e organizada comunitariamente para produzir e gestionar bens e serviços à comunidade.

A partir do grupo estimula-se a participação do indivíduo, sua identificação pessoal e com a realidade social ao qual está inserido, tendo a possibilidade de se sentir sujeito de sua história e construir coletivamente novos objetivos. Foi através desta história coletiva que a seguir é retratada a história do trabalho com as famílias no Centro Comunitário Ponte do Imaruim (C.C.P.I.).

2.3 A trajetória do trabalho com as famílias no Centro Comunitário Ponte do Imaruim (C.C.P.I.)

A história de luta pelos Conselhos Comunitários na década de 70 não pode ser vista somente como uma ideologia governamental ou somente para melhoria das condições de vida, ela deve ser vista sob vários aspectos principalmente como fator de mudanças na história de vida das pessoas que na luta conjunta passam a construir um caminho para a

participação como cidadãos, adquirindo assim não somente os direitos políticos e civis, mas os direitos sociais que elevam a dimensão de cidadãos a um novo patamar.

Os núcleos da comunidade são as famílias, nelas se encontram as desigualdades sociais mais atuais, mas é também nela que constam as respostas para a melhor atuação nestas expressões que geram essas desigualdades.

Apesar de muitos profissionais não entenderem a dimensão desta questão, Yamamoto (2001, p. 87) afirma que:

[...] apreender a questão social é também apreender como os sujeitos a vivenciam. Ora, desvelar as condições de vida dos indivíduos, grupos e coletividades com os quais se trabalha é um dos requisitos para que se possa decifrar as diversas formas de luta, orgânicas ou não, que estão sendo gestadas e alimentadas, com inventividade, pela população.[...] Esta parece ser uma das condições para que o assistente social possa romper com a relação tutelar e de estranhamento com os sujeitos junto aos quais se trabalha e um caminho fértil para a formulação de propostas novas de trabalho.

A instituição familiar não tem condições sozinha de resolver as múltiplas expressões da desigualdade social ao qual está inserida, por isso existe a necessidade de se aprofundar esta temática com o objetivo de propor medidas de enfrentamento, e desta forma, intervir seriamente sobre estes fatores.

Nesta perspectiva é importante que se elaborem políticas de atenção e atendimento às famílias. Sob esta perspectiva e procurando suprir as necessidades das famílias, o Centro Comunitário Ponte do Imaruim iniciou uma história de trabalhos e intervenções junto à população.

No final da década de 70, mais precisamente no ano de 1979, o Conselho Comunitário Ponte do Imaruim formou um grupo de pais que tinham seus filhos inseridos no Jardim de Infância Estrelinha do Centro Comunitário. Percebe-se, a partir dos registros,

a influência do governo ditatorial da época, pois a formação do grupo de pais tinha em seus conteúdos dos relatórios das reuniões e da ficha de inscrição que recebia a denominação de “ficha de diagnóstico e acompanhamento da família” uma conotação de civismo e autoritarismo, não sendo realizada de maneira natural esta forma de grupo, mas por imposição. No conteúdo dos relatórios das reuniões, foi observada a preocupação com as questões burocráticas e de funcionamento do programa realizado com as crianças, datas, horários, prestações de contas. Percebe-se também que as visitas domiciliares feitas em 1979 pelas professoras visavam identificar problemas de saúde, comportamento, etc, através de um questionário aplicado, bem como com o intuito de inscrever as crianças no Jardim de Infância.

Na década de 80 o governo estadual fornecia técnicos para “ajudar” na administração do Centro Comunitário e com isso direcionava significativamente os trabalhos desempenhados neste, obtendo deste modo os resultados que esperava.

Os técnicos que atuaram no Conselho Comunitário Ponte do Imaruim eram profissionais que faziam a mediação entre o Estado e a sociedade, sendo que tentavam dar sua conotação e contribuição de modo democrático. Foi neste sentido que se ofereceu um curso pela Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor, em 1981, com o objetivo de esclarecer e orientar sobre o modo de realização das reuniões com pais e da importância de existir um grupo forte neste segmento, com considerações importantes com relação ao respeito e à valorização do comparecimento dos pais às reuniões, de sua participação nas discussões e na forma democrática da condução dos trabalhos neste grupo, porém os trabalhos não avançaram para a prática.

Na década de 90, com a entrada no quadro de funcionários de um profissional de Serviço Social, o Conselho Comunitário passou a ser focalizado sob a ótica de uma contextualização mais voltada para o atendimento social e democrático. Este profissional

iniciou sua atuação na administração do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, iniciando desta forma a participação do Serviço Social no cotidiano do Centro Comunitário.

Os profissionais de Serviço Social na conjuntura do sistema atual tem sofrido várias restrições profissionais muito discutidas por autores da área, e a restrição da atuação do Assistente Social se dá pelo fato de que ele ocupa outra função no Centro Comunitário, sendo fragmentada a ação direcionada às famílias, restringindo-se as reuniões de pais de cunho informativo e em alguns momentos trabalhos esporádicos com assuntos da família. Dois exemplos de trabalhos realizados: um foi o projeto “Outro Olhar”, que aconteceu em 2001 e tinha por objetivo realizar um trabalho de interação entre pais e filhos para conscientizá-los de como se procede o desenvolvimento de aprendizagem de seus filhos no Centro de Educação Pré-Escolar Estrelinha, e o projeto “Festa da Família” em 2003, que se tornou a semana da família com atividades relacionadas à mesma, tendo por objetivo proporcionar às famílias que participam do Centro de Educação momentos de integração e divertimento juntamente com seus filhos e funcionários do Centro Comunitário.

A necessidade dos trabalhos do Serviço Social na instituição se apresenta como estratégia para se romper com a forma esporádica de interação das famílias na vida comunitária.

2.4 A atuação com as famílias do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim: o Projeto Grupo de Pais – No período de junho a outubro de 2003.

Analisou-se a fragmentação nos trabalhos com as famílias e a forma nada democrática empregada até então, que a gerente do Centro Comunitário e Assistente Social, Maristela Aparecida da Silva Truppel, colocou a questão emergencial da

necessidade de formação de um grupo de pais, possibilitando um modo democrático e auto-suficiente de conhecimento, analisando que a educação das instituições formam uma parceria com a educação vinda das relações familiares.

A diretoria do conselho percebe diversas dificuldades no desenvolvimento e desempenho das crianças atendidas devido a uma falta de norteamento dos pais quanto às atuais questões sociais do dia-a-dia. A formação do grupo de pais é de grande importância, pois todos estão inseridos em uma mesma realidade social, que os levam a enfrentar as mesmas dificuldades na formação educacional de seus filhos, que pode levá-los a vários caminhos, uns promovendo um avanço familiar e individual e outros retrocedendo nas conquistas já alcançadas.

Com o objetivo de suprir esta necessidade elaborou-se um Projeto de Grupo de Pais, que apresentou como propósito trabalhar com os pais dos alunos do Centro de Educação Estrelinha do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, para que se reunissem com o objetivo de buscar a conscientização coletiva da importância de um grupo de pais em um espaço democrático tendo como proposta promover a construção de um grupo crítico, com uma postura participativa, de modo a lhes proporcionar momentos de debates e reflexões, discutindo sobre os mais variados temas para uma contribuição na melhoria da qualidade de vida das famílias, e, conseqüentemente, nas relações com seus filhos, orientando-os desde cedo com temas pertinentes da relação familiar. Desta forma, buscou-se melhorar as relações intrafamiliares, fortalecendo a relação entre pais e filhos, a fim de que se tornem adultos conscientes de seus papéis na sociedade futura, despertando nestes a interação que deve haver dos dois lados, instituição escolar e família, objetivando também em beneficiar as relações educacionais e sociais com seus filhos.

O projeto foi executado durante o período de junho a outubro de 2003, primando pelo trabalho com grupos, visualizando o indivíduo como sujeito ativo e capaz de sua

autodeterminação, e enfocando o respeito e a valorização do ser humano, o que possibilitou contribuir com ações para uma intervenção social consciente. A propósito, em um grupo a interação entre o profissional de Serviço Social e os integrantes do grupo deve ocorrer a partir da troca de experiências, possibilitando a construção da consciência crítica, como analisa eficazmente Northen (1974, p 37):

Uma das principais razões do grupo poder se tornar uma potente força de desenvolvimento e mudança é que a prática de grupo constrói a interdependência das pessoas umas com as outras. Isto pode ser encarado como ajuda mútua. Por certo, é ajuda mútua com um assistente social em seu papel característico no grupo. O grupo fornece uma situação de dar e receber[...] muitas vezes ocorre diminuição na auto-estima e ressentimento quando as pessoas se limitam a receber ajuda – elas se relacionam melhor com pessoas que se utilizam de sua contribuição e a apreciam.

A tentativa de se desenvolver um grupo democrático, auto-suficiente e o exercício do trabalho com grupos na instituição do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, possibilitam ao Serviço Social elementos de análise para a condução do norteamento dentro deste grupo que pode ser dado em prol da promoção de um crescimento e amadurecimento dos participantes.

O grupo possibilita que os indivíduos se tornem mais independentes e democráticos, a ponto de identificarem as aptidões e qualidades individuais, levando-as para o benefício do grupo todas estas potencialidades, e individualmente os tornando mais cidadãos de direitos em na sociedade e não somente “cidadãos” com deveres tributários governamentais.

Para se obter este processo de crescimento em um grupo, é preciso identificar algumas metas a ser alcançadas no início do trabalho como o Serviço Social do Conselho Comunitário propôs a seguir:

- identificar a importância da formação de um Grupo de Pais para a comunidade debater temas de suas necessidades;
- identificar junto aos pais as principais questões sociais que afetam suas vidas e conseqüentemente a de seus filhos, a fim de que sejam pautadas as reuniões do grupo;
- realizar reuniões pautadas nas necessidades apontadas pelo grupo de pais através dos resultados da pesquisa aplicada e que possam levar a reflexões para seu cotidiano;
- analisar se as reuniões com dinâmica de grupo e medidas sócio-educativas estão sendo aceitas e entendidas pelo grupo de pais;
- avaliar a cada reunião com o grupo de pais os resultados de cada encontro;
- identificar os pais que realmente se interessem e possam atuar no grupo para que este se torne autônomo em suas atividades e decisões.

O projeto apresentou como público-alvo todos os pais com filhos no Centro de Educação Estrelinha do Centro Comunitário Ponte do Imaruim, que quisessem desenvolver e ampliar seus conhecimentos educacionais e sociais na promoção de uma melhor relação com seus filhos e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida de sua família.

Foi aplicado um questionário com os 51 pais presentes na primeira reunião, sendo este o instrumento para a pesquisa quantitativa e qualitativa e, após sua aplicação, realiza-se a análise dos resultados, sendo apresentada posteriormente.

2.5 Metodologia aplicada para a Pesquisa no Grupo de Pais.

O profissional de Serviço Social tem como uma de suas atribuições a pesquisa, sendo esta uma forma de direcionamento para as suas ações profissionais. A intenção da pesquisa é adquirir conhecimentos sobre um determinado assunto que não foi analisado até

o momento da perspectiva que se quer fazer o dimensionamento, no caso do Serviço Social sempre visando o ser humano. Como coloca Richardson (1989, p.16):

Assim, ainda que seja muito comum a realização de pesquisas para benefício do próprio pesquisador, não devemos esquecer de que o objetivo último das Ciências Sociais é o desenvolvimento do ser humano. Portanto, a pesquisa social deve contribuir nessa direção. Mas o seu objetivo imediato é a aquisição de conhecimento.

É sob essa ótica que se aplicou a pesquisa no grupo de pais, com a intenção de dar conotação e autenticidade aos trabalhos, pretendendo desta forma um modo democrático de atuação.

Para atingir os objetivos propostos que estão mencionados no capítulo anterior, a pesquisa se estendeu aos métodos quantitativos e qualitativos; quantitativo por apresentar como características que confirma Richardson (1989, p.29) “o emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual [...]”.

Deste modo o método quantitativo é empregado para se fazer à análise de quantidade de pais através da prevalência das respostas que coincidiram.

No método qualitativo Richardson (1989, p.39) esclarece que:

[...] uma metodologia qualitativa pode descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Sendo assim, o método qualitativo é utilizado para esclarecer alguns pontos da realidade social dos participantes do grupo, pois assim, analisa-se certos comportamentos diante das dificuldades surgidas no convívio com os filhos e com a sociedade.

Richardson (1989, p.38) elucida que:

O aspecto qualitativo de uma investigação pode estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos[...]. Uma modalidade de transformar dados qualitativos em elementos quantificáveis, bastante empregada por pesquisadores, consiste em utilizar como parâmetros o emprego de critérios, categorias, escalas de altitudes ou, ainda, identificar com que intensidade, ou grau, um conceito, uma atitude, uma opinião se manifesta.

Por se tratar de uma análise que une a intenção de objetivos quantificáveis e qualificáveis os dois métodos foram empregados nesta pesquisa.

2.5.1 Objetivo Geral

- Identificar através das manifestações dos pais das crianças do Centro de Educação Estrelinha, a necessidade da implantação de um grupo de pais e as temáticas que gostariam de discutir em grupo.

2.5.2 Objetivos Específicos

- Verificar a aprovação ou não dos pais para a formação de um grupo de pais;
- Conhecer as propostas dos pais para o bom funcionamento do grupo;
- Analisar as dificuldades dos pais no cotidiano com os filhos;

- Identificar os temas mais importantes para os pais a respeito do conflito na relação com os filhos.

2.5.3 Instrumento de Coleta de Dados

Entende-se por questionário um instrumento de pesquisa utilizado para a coleta de dados. Consiste em uma lista de indagações que, respondidas, dão ao pesquisador informações as quais se pretende atingir. Como descreve Richardson (1989, p.147) que geralmente:

[...] os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social. A informação obtida por meio de questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo.

Para garantir a autenticidade das respostas, o questionário deve ser respondido apenas pelo informante sem a interferência de terceiros.

Este pode ser constituído por tipo de perguntas abertas, fechadas ou os dois tipos simultaneamente. O tipo utilizado no questionário aplicado foram de perguntas abertas.

Richardson (1989, p. 148) coloca as vantagens:

Uma das grandes vantagens das perguntas abertas é a possibilidade de o entrevistado responder com mais liberdade, não estando restrito a marcar uma ou outra alternativa. Isso ajuda muito o pesquisador quando ele tem pouca informação ou quer saber um assunto.

Existem dois métodos para aplicação do questionário, por contato direto ou por correio. O método por contato direto é onde o próprio pesquisador, ou pessoas treinadas por ele, aplicam diretamente no indivíduo ou no grupo, e este foi o modo realizado. Aplicou-se 51 questionários aos pais, em seguida, analisou-se os dados obtidos com a pesquisa.

2.5.4 Análise dos Dados Coletados

De acordo com os resultados obtidos através do questionário foram norteados os trabalhos com o Grupo de pais, onde avaliou-se os resultados com o questionário que foram pontuados através das respostas que mais apareceram neste. Existem duas formas de analisar os dados obtidos com o questionário, primeiramente utilizando o método quantitativo se verifica quantitativamente as respostas que coincidiram, verificando desta forma democrática o que a maioria optou. No método qualitativo pode-se buscar fatos sociais e cotidianos contidos nas respostas dadas pelos entrevistados, categorizando com os fatos ocorridos na sociedade.

2.5.4.1 Apresentação dos dados coletados com análise sob o método quantitativo e qualitativo

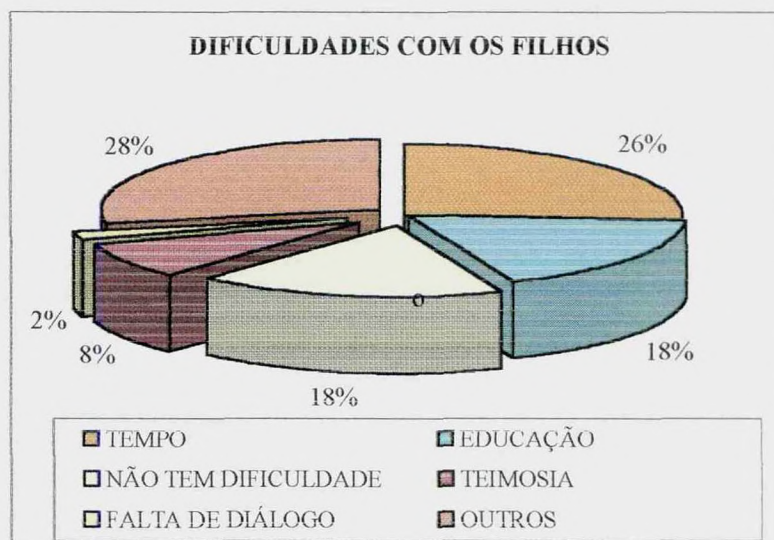


Ilustração 01: Dificuldades com os filhos

Fonte: Dados Primários (2004)

Elaborado por: Manuela Quadros de Araújo Baungarten.

Pode observar-se na ilustração 01 que se refere às dificuldades com os filhos as respostas mais obtidas pelo índice de porcentagem: em primeiro com 28% ficou a falta de tempo. Ao iniciar a análise pela resposta mais obtida, este fato pode ser constatado através da sociedade capitalista que obriga a inserção dos pais ao mercado de trabalho e que o desenvolvimento tecnológico a que toda a sociedade está inserida faz com que as pessoas precisem estar constantemente se atualizando através de cursos de capacitação, palestras e níveis de formação escolar cada vez maior. Isso faz com que o profissional tenha a necessidade de se capacitar, como forma de manter-se inserido no mercado de trabalho, pois sem ele os pais não garantem as condições de sobrevivência digna dos filhos, ficando para segundo plano às questões familiares. Carvalho (1995 p.42) relata esta questão no âmbito familiar:

A família, no capitalismo, deixou de ser uma “unidade de produção”, na medida em que esse sistema separou a produção, como esfera pública, da família, que se tornou à esfera privada da vida social. Em termos de sua funcionalidade econômica, a família passou, então, a constituir uma “unidade de consumo”.

Quando a família na sociedade capitalista é uma “unidade de consumo” ela só passa a ter credibilidade para esta forma de sociedade quando consegue realizar através do consumismo uma auto-afirmação de família que é vista agora como “família estruturada”, e os valores de cidadania passaram a ser o poder de consumo desta família perante a sociedade.

Outro fator determinante para esta situação, foi a modificação na sociedade do espaço feminino que antigamente restringia-se à instituição familiar ou esfera privada. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho e com o controle da natalidade, a mulher se igualou ao homem, conseguindo assumir um papel na esfera pública, alterando desta forma o mercado de trabalho. A esfera familiar e o papel da mulher na sociedade que antes era visto somente como parte integrante da instituição familiar mudou; atualmente é reconhecida como um ser individualizado e não coletivizado. Como coloca Carvalho (1995, p.43):

Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social.[...] Há, portanto, duas áreas em que as mudanças incidiram de forma significativa, alternando a ordem familiar tradicional: a autoridade patriarcal e a divisão de papéis familiares, modificando substancialmente as relações entre homem e mulher e aquelas entre os pais e os filhos no interior da família.

De acordo com a ilustração 01, os índices de porcentagens para educação e para os que não tem nenhuma dificuldade encontram-se em segundo e empatado com 18%, esta segunda resposta mais obtida – a educação – está diretamente relacionada à primeira dificuldade: com a falta de tempo para os filhos, os pais não podem educar do modo que consideram ideal, pois sabe-se que o aprendizado requer tempo, paciência e presença, Zagury (2001 p.105) coloca sobre a educação que:

[...] Tudo em educação leva anos para ser interiorizado. Portanto, tenham paciência. Aos pouquinhos, seus cuidados e dedicação terão resultados compensadores. Mas de-mo-ra!!! Demora muito! Tenham perseverança, porque os objetivos são excelentes e não podem ser abandonados.

Alguns pais responderam não ter nenhuma dificuldade, inclusive um deles relatou que devido ao fato de os filhos serem pequenos não vê a necessidade de falar sobre suas dificuldades. Analisando este relato em particular, observa-se que alguns pais acham que somente com problemas já instalados é que se deve discutir e não de modo preventivo. Conforme se encontra na ilustração 01 esses dados, em terceiro com 8% a teimosia comum entre as crianças, em quarto com 2% ficou a falta de diálogo muito comum na sociedade individualista que se forma atualmente, e outras respostas individualizadas concentraram 28% das demais dificuldades, estas respostas não coincidiram em índice, mas que se analisadas pela essência demonstram o quanto o sistema capitalista e neoliberal influencia na vida intrafamiliar, causando fragilidade nas relações familiares.

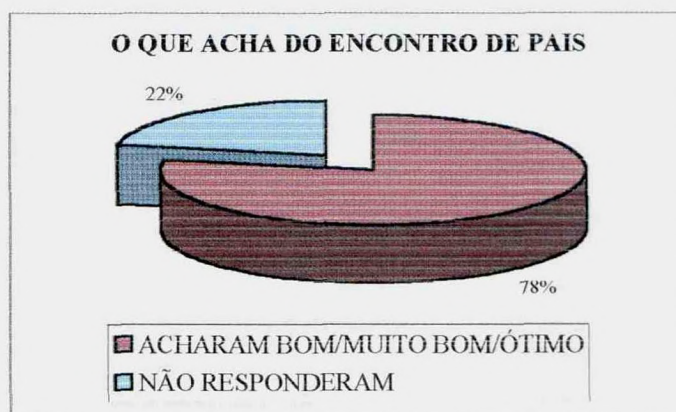


Ilustração 02: O que acha do encontro de pais

Fonte: Dados Primários (2004)

Elaborado por: Manuela Quadros de Araújo Baungarten.

A ilustração 02 analisa a proposta do grupo de pais em que o índice de porcentagem foi que 78% aprovaram a idéia. Este percentual reflete a adesão dos pais à necessidade da existência do Grupo de Pais.

Este fato demonstra a fragilidade na família contemporânea em que os papéis de cada integrante já não são claros e objetivos, não podendo mais conceituar e generalizar uma forma ou padrão familiar de autoridade desta época. Sem ter um “modelo padrão de autoridade” dentro do âmbito familiar para acompanhar ou se espelhar, a elaboração e execução do seu próprio modelo não acontece, pois a família não é preparada para ter esta autonomia e percebe-se em alguns momentos que está sem base de sustentação. Carvalho (1995 p.45) descreve deste processo:

Neste processo de contestação do padrão tradicional de autoridade familiar, dos pais sobre os filhos e do homem sobre a mulher, houve uma confusão entre os excessos da autoridade de tipo tradicional e o exercício legítimo e necessário da autoridade na família, levando a uma

permissividade que tem prejudicado particularmente as crianças, que ficaram sem limites estabelecidos.

Esta falta de limites, proporcionada pela estrutura social do capitalismo, consumismo e firmado pela mídia, que se tornou o transporte de todos os ideários capitalistas, vem transformando as relações entre os seres humanos, principalmente na família, núcleo de iniciação social. Este envolvimento com o consumismo faz com que muitos pais sejam vítimas e se escravizem para obter todos os produtos que os filhos desejam. Porém, o que lhes cabe observar é que a proporção de invenção de produtos tem uma vertente crescente e inalcançável devido a fatores tecnológicos sem precedentes, portanto o bom senso deve ser usado a todo o momento nesta nova era tecnológica.

Enquanto que 22% dos pais não responderam a questão e 1 pai/mãe respondeu que não sentia a necessidade do grupo porque seus filhos eram muitos pequenos, nota-se a descrença por grupos ou reuniões por parte de alguns membros. Este fato demonstra novamente que algumas pessoas só se preocupam com os problemas quando acontecem e não de modo preventivo.

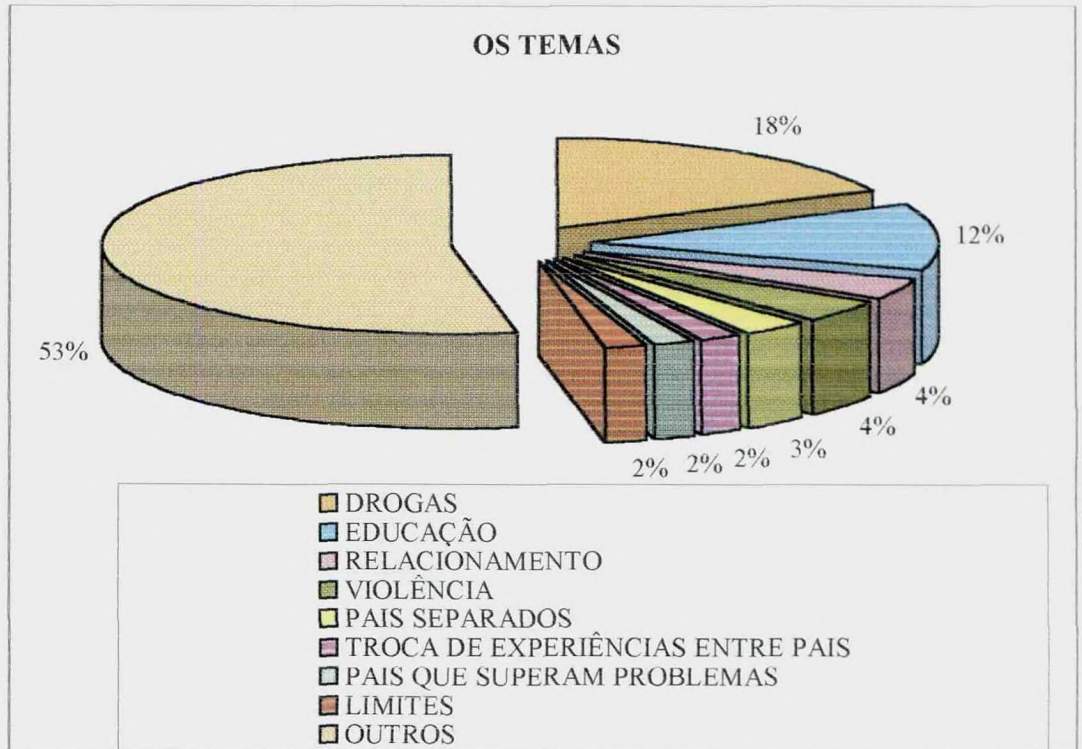


Ilustração 03: Os temas dos encontros de grupos de pais

Fonte: Dados Primários (2004)

Elaborado por: Manuela Quadros de Araújo Baungarten.

Os temas de maior relevância para os pais atualmente e mais sugeridos como mostra a ilustração 03 foram pelo índice de porcentagem: “drogas” com 18%. Fazendo a análise deste tema mais sugerido, pode-se colocar que as drogas sempre estiveram presente na vida em sociedade dos seres humanos, desde os tempos mais remotos, isto antes da era civilizatória, em muitos rituais religiosos ou mesmo acontecimentos sociais. Vizzolto (1987, p.25) nos relata que:

A droga é tão antiga quanto a humanidade. Há 1500 anos antes de Cristo, a história registra que os egípcios já conheciam o ópio. Desde então surgiu o uso das drogas por várias razões ligadas às culturas dos povos: rituais religiosos, comemorações e busca do prazer. Entretanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, o consumo e o abuso das drogas aumentou

consideravelmente. No Brasil, o uso de drogas vem de longa data. [...] Os males acarretados pelo consumo de drogas são inúmeros, vão desde a destruição da personalidade do indivíduo que as consome, passando pelo aumento da criminalidade e a violência.

Atualmente a possibilidade de utilização de drogas por parte dos filhos produz medo e angústia em quase todos os pais, realidades e mitos se confrontam nesta temática, que fazem parte de histórias familiares cada vez mais constantes e hegemônicas.

Por isso é de extrema importância os debates e a socialização de informações que esclareçam os pais a respeito das drogas, pois é desta maneira que eles estarão preparados para educar, esclarecendo as dúvidas de seus filhos.

É importante que não se tenha preconceito de falar sobre drogas, este é um tema inevitável e que muitos pais são questionados em diferentes momentos e fases da vida dos filhos. Deve-se portanto, discutir sobre as drogas quando os filhos questionarem, pois é através do conhecimento que pode se prevenir seu uso e abuso, não aguçando a vontade e curiosidade dos filhos, desmistificando-a e colocando todos os fatos da maneira mais real possível, socializando assim todas as informações. Essa prevenção deve ser visualizada pela família como uma decorrência de relações familiares bem sucedidas, como coloca Vizzolto (1992, p.48):

Prevenir é chegar antes. A prevenção começa e acontece à medida em que se formam nas crianças e nos adolescentes uma personalidade forte, sadia, capaz de tomar decisões seguras e responsáveis e encontrar um sentido para a vida, e isto é construído na família.

Portanto, este tema deve fazer parte das conversas familiares e à exposição de todos os pontos de vista, no entanto, é preciso que os pais ou responsáveis estejam

preparados para esta conversa, informando-se para que não omitam nem mintam para seus filhos, estabelecendo assim, uma das bases para uma relação sadia e confiável que é a segurança. É como descreve um relato de um adolescente para os pais descritos por Zagury (1997, p.116):

Para nos mantermos longe das drogas, lícitas ou ilícitas, precisamos muito do seu exemplo antes de tudo. Da sua orientação, compreensão, do seu carinho, de atenção e amor. Mas precisamos também de segurança e limites. Precisamos acreditar no futuro e no trabalho, precisamos estar engajados em um projeto de vida, precisamos nos sentir úteis e produtivos.

A “educação” foi o segundo tema mais citado com 12%, sendo este um assunto de grande discussão entre pais e educadores em todos os segmentos sociais.

Analisando-se em diversos momentos a respeito, do que é certo ou errado em educação, todos reconhecem que se saiu de um sistema educacional autoritário para a permissividade educacional, não conseguindo o “equilíbrio” necessário para educar. O “equilíbrio”, o qual refere-se somente será encontrado quando educadores de todos os níveis sociais compreenderem que o sim e o não, os limites, a autoridade, os diálogos caminham em sentido horizontal. Segundo Record (apud Zagury 2001, p. 1):

Em 1991,[...] a professora Tânia Zagury foi a primeira educadora no país a alertar para as conseqüências sociais da liberdade excessiva e da falta de autoridade dos pais.[...] Tânia percebeu, porém, que o risco maior eram as graves conseqüências a que essa postura poderia conduzir os jovens: à marginalização, à falta de responsabilidade social e de projetos de vida. Hoje, dez anos depois, a sociedade se horroriza com o que a autora já denunciava então. Assistimos, sem compreender, ao incremento assustador do envolvimento de adolescentes de classe média e alta,[...] em atos de incivilidade, agressões, assassinatos e violência.

Na educação há muitas possibilidades e formas de conduzi-la, porém há um item que não pode faltar quando se quer obter resultados na educação, é o amor e carinho para com o filho. Isto porque, é dessa maneira que se forma a auto-estima de uma criança e todos os valores que irão acompanhá-la por toda sua vida, no qual Tiba (2002, p. 54) afirma que:

A auto-estima começa a se desenvolver numa pessoa quando ela ainda é um bebê. Os cuidados e os carinhos vão mostrando à criança que ela é amada e cuidada. Nesse começo de vida, ela está aprendendo como é o mundo a sua volta e, conforme se desenvolve, vai descobrindo seu valor a partir do valor que os outros lhe dão. É quando se forma a auto-estima essencial. A auto-estima continua a se desenvolver conforme a pessoa se sente segura e capaz de realizar seus desejos e, futuramente suas tarefas. É a auto-estima fundamental.[...] Para que a criança se sinta amada incondicionalmente, é necessário, acima de tudo, que seja respeitada.

É através do respeito adquirido na instituição familiar que a criança começa a compreender melhor a sociedade, e passa todos seus valores para as outras instituições as quais ela fará parte, como a escola e todos os círculos sociais de que compõem a sociedade. É na família que a criança aprende a receber suas tarefas, parte imprescindível na educação, pois é através de tarefas que ela compreenderá a vida em sociedade e noções de regras para o bom convívio com todos, sendo que essas tarefas deverão fazer parte de seu cotidiano e de acordo com sua idade. A casa é o primeiro espaço social ao qual a criança está inserida, é nela que se constituirão hábitos para toda a vida e como conviver em sociedade. A este respeito, Zagury (1997, p.157) afirma que:

[...] Ensinar a ter algumas obrigações – DESDE CEDO – é fundamental para que eles comecem a respeitar e valorizar o trabalho, do mais humilde ao mais complexo.[...] Para se chegar a isso, cada um deve ter algumas responsabilidades dentro de casa, para poder começar a valorizar e entender como as coisas dão trabalho para serem feitas. A divisão do trabalho deve começar em casa, como uma primeira lição de democracia, de respeito e de igualdade.

Se colocados em prática todos os momentos da educação nas diversas fases sociais, as crianças conseguirão bases sólidas para sua construção como seres sociais e de direitos nas instituições sociais que elas frequentam.

O “relacionamento entre pais e filhos” obteve-se 4%, de acordo com os dados na ilustração 3, empatando com a “violência” também com 4%. Pode-se afirmar que, estes dois temas estão entrelaçados, porque quando a relação entre pais e filhos encontra-se distante e esquecida, quando não há o diálogo e o respeito, daí poderá surgir a violência, pois a violência tem sua raiz muitas vezes nas relações familiares, quando pais não são cidadãos que exercem seus deveres e direitos, estes não podem ensinar e passar a seus filhos estes valores. Zagury (2001, p. 87) fala sobre as necessidades e desejos, que perpassam os direitos da criança e que todos os pais devem tentar compreender e contemplar:

NECESSIDADE é algo inevitável, algo que, se não atendido, pode levar o indivíduo a ter problemas sérios no seu desenvolvimento, seja físico, intelectual ou emocional.

DESEJO é a vontade de possuir algo, de realizar algo, que pode ou não ser importante para o desenvolvimento. Está mais vinculado ao prazer.

Quando se tem a compreensão dos seus direitos como cidadãos e entende-se que necessidade é algo fundamental, e que se adquire com os “mínimos valores sociais”, então obtêm-se, as condições de cidadania que pais poderão questionar e lutar para que os

direitos de seus filhos sejam garantidos. Quando as necessidades dos pais não são atendidas estes sofrem uma forma de violência, esta relação cotidiana com a violência a transforma em algo corriqueiro que passa a ser estendida para toda a família, incluindo os filhos.

Existem outras formas de violência que os pais podem exercer sobre os filhos, algumas sendo justificáveis perante a sociedade e outros não, Guerra (1984, p.15) retrata vários pontos:

A violência que os pais podem exercer contra os filhos, com fins pretensamente disciplinadores, no exercício de sua função socializadora, ou com outros objetivos, assume três facetas principais:

1.física: quando a coação se processa através de maus-tratos corporais (espancamentos, queimaduras etc.) ou negligência em termos de cuidados básicos (alimentação, vestuário, segurança etc.);

2.sexual: quando a coação se exerce tendo em vista obter a participação em práticas eróticas;

3.psicológica: quando a coação é feita através de ameaças, humilhações, privação emocional.

Estas facetas foram divididas desta forma com objetivos didáticos, podendo na prática surgir em conjunto ou como entidades separadas.

Todas as formas de violência formam uma ameaça à convivência em sociedade, pois elas repercutem diretamente sobre os indivíduos e sua formação, podendo determinar futuros padrões de convivência e comportamento. Portanto, deve existir uma conscientização na sociedade para que estes tipos de violência e outros não aconteçam, promovendo e garantindo melhores condições de vida para todos, inclusive para a família.

A ilustração 03 mostra o tema “pais separados” com índice de 3%. Tema que, atualmente tem crescido em proporções devido à individualização das pessoas, pois elas acreditam que a felicidade individual vem em primeiro lugar, colocando as relações entre pais e filhos para segundo plano. O que marido e mulher, devem saber é que se a separação

acontece, com um casal sem filhos é muito mais simples do que com um casal com filhos e que as crianças e adolescentes devem ser expostos o menos possível, pois este é um assunto primeiramente conjugal, e em segundo lugar familiar. Tiba (2002, p. 200) salienta pontos importantes:

Não há mais condições de convivência?[...] Está na hora de o casal resolver a situação. O que não deve é desgastar tanto o relacionamento a ponto de os filhos não conseguirem escapar dos problemas que não são deles. Pode ser que eles resolvam separar-se. Serão ex-cônjuges, mas ele continua sendo pai, e ela, mãe dos filhos. Não devem tornar-se também ex-pais, pois os filhos são para sempre.

Com base no exposto, pode-se afirmar que, existe ex-marido e ex-mulher, mas não ex-pai ou ex-mãe. O compromisso conjugal pode ter acabado, porém o de pai e mãe não pode e não deve ter acabado com o fim do casamento. Existem pais que não conversam com os filhos a respeito de como se sentem em relação ao divórcio, existem pais que não sabem das conseqüências que este ato acarreta na vida dos filhos. Como descreve, Schaefer (1991, p.92) sobre as mesmas:

Apesar de o divórcio ter se tornado um evento cotidiano[...] é extraordinário como muitas pessoas são ignorantes a respeito de suas conseqüências dolorosas. O divórcio não é um evento em um ato – seus efeitos são prolongados.[...] Como crianças em fase pré-escolar – faixa de três a cinco anos – possuem compreensão e maneiras de lidar com problemas limitadas, elas tendem a apresentar o máximo de distúrbios emocionais após um divórcio. [...] Sentindo-se assustadas e inseguras, elas podem regredir temporariamente a formas imaturas de comportamento, como choramingar, ter pesadelos, fazer xixi na cama, ter acessos de mau humor e voltarem para fontes anteriores de conforto, como bichinhos de pelúcia. A respeito de crianças em idade escolar – de seis a doze anos – pesquisas recentes têm mostrado que, embora elas sejam mais capazes de lidar com sentimentos e temores do que aquelas em idade pré-escolar, suas preocupações manifestam-se de outras maneiras, tais como no comportamento escolar. Algumas se tornam

ansiosas e não podem mobilizar a energia e a concentração necessária ao aprendizado. Outras expressam sua ansiedade através de distúrbios psicossomáticos, como falta de apetite, diarreia, insônia e alteração da frequência urinária.

Apesar das muitas conseqüências, o divórcio é algo corriqueiro na sociedade atual, ocasionando nas crianças vários distúrbios, traumas e problemas que poderiam ser evitados com um pouco mais de consciência dos adultos, se estes objetivarem mais suas necessidades e aspirações. Assim, equilibra-se emocionalmente, e sabe-se aonde querem chegar e o que realmente esperam da vida, conseguindo assim filhos mais seguros em relação aos pais.

Os temas “troca de experiências dos pais de como educar seus filhos” com 3%, como se encontra na ilustração 03, e “como alguns superam e outros não o mesmo problema” com 3%, que também empataram com o anterior estão muito ligados.

Este tipo de assunto pode e muito esclarecer pais e educadores sob novos pontos de vista com relação à educação de crianças. Alguns pais são leigos sobre o assunto das drogas por exemplo, outros são leigos sobre o assunto sexo, e assim por diante. O que um grupo de pais pode fazer em benefício da educação de crianças é reunir-se para socializar todas estas informações com os demais e proporcionar a todos um melhor direcionamento na educação, sendo estes temas importantíssimos em um grupo de pais.

O tema “limites para os filhos” com 2% dos resultados da pesquisa, conforme ilustração 03, é de grande importância para a educação atual foi o tema abordado em todas as reuniões pelo grupo de pais, devido a grande dificuldade de entender e dar limites para seus filhos fez com que este tema fosse a âncora de muitas dúvidas e receios na educação, pois ele irá ser na realidade o norteador de todos os passos para uma educação promissora ou somente repressora. Assim, ponderar os limites e equilibrá-lo é imprescindível para uma educação dar certo.

Existem muitos modos de dar limites, porém é importante saber e entender como fazê-lo. Zagury (2001, p.23) elucida alguns primordiais pontos:

[...] ensinar que os direitos são iguais para todos; ensinar que existem OUTRAS pessoas no mundo; fazer a criança compreender que seus direitos acabam onde começam os direitos dos outros; dizer “sim” sempre que possível e “não” sempre que necessário; só dizer “não” aos filhos quando houver uma razão concreta; mostrar que muitas coisas podem ser feitas e outras não podem ser feitas; fazer a criança ver o mundo com uma conotação social (com-viver) e não apenas psicológica (o meu desejo e o meu prazer são as únicas coisas que contam); ensinar a tolerar pequenas frustrações no presente para que, no futuro, os problemas da vida possam ser superados com equilíbrio e maturidade[...]ensinar que a cada direito corresponde a um dever e, principalmente... dar o exemplo (quem quer ter filhos que respeitem a lei e os homens tem de viver seu dia-a-dia dentro desses mesmos princípios – ainda que a sociedade não tenha apenas indivíduos que agem dessa forma)!!!!

Estes são alguns passos para o início da socialização e aprendizagem para uma educação consciente dos pais e educadores para com as crianças, respeitando e sendo respeitados em seus papéis, trazendo para o cotidiano formas racionais de educação.

Outras respostas não coincidas em índice equivaleram a 53%, porém demonstram vários temas que suscitam dúvidas e que podem ser trabalhadas em grupo.

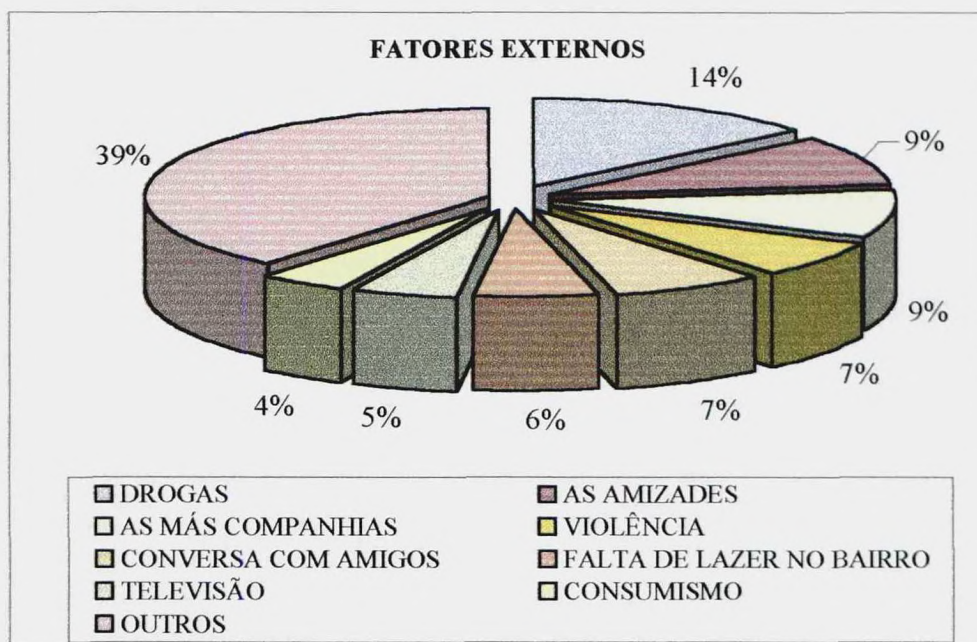


Ilustração 04: Fatores externos

Fonte: Dados Primários (2004)

Elaborado por: Manuela Quadros de Araújo Baungarten.

A ilustração 04 relaciona os fatores externos, isto é, agentes de riscos para qualquer indivíduo e, que não fazem parte do meio familiar, mas que nos cercam e fazem parte da sociedade contemporânea, e segundo os pais, comprometem a educação dos filhos, sendo que os fatores mais apontados foram: em primeiro lugar com 14% tem-se as drogas.

Novamente este é o assunto que mais preocupa educadores, o que poucos sabem é que muitos vícios e drogas não são iniciados na rua ou em locais estranhos, mas dentro da própria casa, na presença e consentimento dos pais. Como menciona, Vizzolto (1992, p.25):

Mães com pouca informação neste assunto medicam os filhos com todo tipo de drogas, sem prescrição médica, usam remédios para cólicas, dentição, febres, dor de cabeça, dor de estômago... Os filhos crescem sabendo que se tiverem qualquer desconforto físico ou emocional poderão recorrer a produtos químicos, quando bem entenderem. Muitos pais usam regularmente tranqüilizantes, sedativos, remédios para

emagrecer, passando para os filhos a mensagem: se vocês sentirem algum mal físico, algum desconforto emocional, tomem uma droga.

É dessa forma que se inicia o conhecimento com substâncias entorpecentes, com o uso corriqueiro e cotidiano de produtos que vistos pelos pais são inofensivos às crianças, mas que representam para especialistas a iniciação a este mundo das drogas tão temido pelos pais que acham que é na rua que estão todos os perigos relacionados ao tema. Pode-se citar também o fácil acesso ao álcool em casa, que muitas vezes enfeitam mobílias e fazem parte de festas infantis no círculo familiar. O cigarro também aparentemente tão inofensivo aos olhos de quem fuma, para as crianças e adolescentes exerce extremo fascínio pelo fato de “ser algo bonito aos olhos” e que desperta muito a curiosidade deles que iniciam experimentando, e depois entram no ciclo vicioso que este traz.

O modo mais eficaz de combate ao uso de drogas é através do conhecimento sobre a temática e a prevenção, como citado no item três. É através dela que pais e educadores deverão reagir perante a todas as diversidades sobre este tema que tanto os preocupa, mas junto da prevenção há de se aliar a informação e conhecimento a respeito das drogas, e considerando que todo educador deve servir de exemplo para crianças, Zagury (1997, p.91) relata o seguinte:

Prevenir leva a muito melhores resultados do que tentar curar. Nesse sentido, significa transmitir conhecimentos sobre o assunto, sempre dentro de um contexto de amor e diálogo. Transmitir, desde a mais tenra infância, valores sólidos aos filhos pode significar proteção contra a ameaça das drogas. A educação dos filhos dentro dos princípios de solidariedade, cooperação, responsabilidade, vida saudável, gradual encaminhamento para a capacitação e autonomia pessoais é a base para a integração social. E, é fundamental salientar, isso se faz basicamente pelo exemplo.

Outro ponto a ser considerado em se tratando das drogas é que para uma prevenção eficaz e de bons resultados a escola deve ser aliada neste processo de prevenção.

Para tanto, é preciso analisar todo o contexto sócio, histórico, político e social ao qual as crianças estão inseridas, pois este é um fator decisivo para o norteamento dos trabalhos, principalmente em escolas. Já a família tem que se conscientizar que as drogas ou qualquer outro problema com a criança, futuro adolescente, tem suas bases na instituição familiar, pois é seu primeiro espaço de socialização e que deve servir de referência para todos os atos fora de casa.

Outros fatores externos apontados e que empataram em segundo lugar com 9% foram às amizades e as más companhias, mais uma vez, percebe-se que ambos fatores estão relacionados, pois os amigos influenciam muito no comportamento de crianças, mas principalmente isto acontece na adolescência, já que este precisa estar pertencente a um grupo nesta fase da vida. Vizzolto (1992, p.29) relaciona estes fatos:

O adolescente não está preparado para o processo de seleção social que o adulto geralmente faz. Não tem a habilidade de estabelecer-se no círculo social que lhe conviria mais. Daí a influência que sofre do grupo ou turma de adolescentes que com ele convivem. Os pais não têm controle sobre as escolhas dos grupos de amizade de seus filhos.

[...] para o adolescente a turma assume uma importância muito maior. Na turma ele se sente entre pessoas que têm os mesmos conflitos, os mesmos problemas, as mesmas dúvidas e que estão no mesmo momento existencial. Ao entrar na adolescência, muda-se para um mundo além do lar, onde precisa encontrar **seu lugar**.

Na adolescência o jovem busca no grupo de amigos, novos referenciais que se assemelhem aos seus, buscando no grupo uma rede de apoio diferenciada. Em muitos

momentos na fase da infância e adolescência os educadores se encontram em dualidade, pois não sabem que atitudes tomar quanto à influência de amigos.

Não pode deixar de ser mencionado também: o diálogo, que é uma das peças-chave para se obter resultados positivos na educação; família e escola devem unir forças para contribuir em uma boa formação e desenvolvimento social de crianças e adolescentes, formando futuros adultos seguros e norteadores de sua própria história. Deve-se deixar claro para os adolescentes, que a convivência em um grupo de amigos é estabelecida através do respeito para consigo e o próximo. Zagury (1997, p.98) fala da importância desse desenvolvimento para os adolescentes:

Desenvolver neles uma percepção menos individualista, um interesse pela sociedade como um todo, a crença na possibilidade de realização pelo trabalho, pela produtividade, o desejo de contribuir pela melhoria do país, a fé nos valores humanísticos, em lugar da preocupação míope e pobre apenas consigo próprio, com seu prazer pessoal, com os seus interesses individuais.

Quando se tem o individualismo impregnado nessa sociedade capitalista, obtêm-se cidadãos interessados somente em ideais e metas pessoais, pois as idéias repassadas pela mídia de que somente as realizações pessoais é que terão valor são equivocadas, já que o homem só é considerado cidadão convivendo em sociedade. O individualismo pode acarretar muitos problemas desde a mais tenra idade e na adolescência ele pode vir a se constituir um caminho sem volta. Zagury (1997, p.99) faz sua reflexão a respeito:

Quando a pessoa aprende a só pensar em si,[...] A vida torna-se vazia e superficial. As relações afetivas não são duradouras, porque somente interessa o seu enfoque, o seu ponto de vista – e sem doação e compreensão nenhuma relação permanece. Assim, pouco a pouco, tudo

começa a ficar sem sentido, não se tem pelo que lutar, vem a depressão; o único objetivo torna-se conseguir prazer e mais prazer. Aí temos um forte, um excelente pretexto para a busca de novas emoções, que pode estar, por exemplo, nas drogas.[...] Por isso mesmo, nós pais temos que acreditar cada vez mais no poder da educação, do trabalho, do carinho e do afeto. É a chance, a melhor chance que podemos dar aos nossos filhos.

O pensamento coletivizado, com a percepção de que todos devem ter seu espaço respeitado, leva a um melhor entendimento da vida em sociedade, de respeitar principalmente a opinião dos outros, mas sem desrespeitar sua própria opinião e valores. É assim que crianças e adolescentes devem ver os amigos, como alguém que pode compartilhar muitos momentos alegres com estes, mas sem deixar de ser quem são para serem aceitos, porque desta forma não seriam realmente felizes. É a partir do momento em que pais e educadores trabalham com a auto-estima e sua valorização, que crianças e adolescentes terão recursos e meios concretos de driblarem todos os percalços que algumas más companhias podem vir a trazer.

Outros fatores externos que resultaram com 7%, como mostra a ilustração 4, foram a “violência” e “amiguinhos que falam uma coisa e outros falam outra gerando confusão”. Em se tratando da violência falou-se anteriormente da violência gerada a partir da família, porém não é somente nela que acontece. Há outros círculos sociais entre os quais a violência é difundida e muitas vezes encorajada, a exemplo da escola onde muitos atos de violência ocorrem inicialmente com crianças e adolescentes, além de preconceitos promovidos e provenientes de suas famílias e da sociedade em que vivem. Um meio corriqueiro de violência e que passa muitas vezes despercebido é o preconceito, ele não tem mãos, não precisa às vezes nem falar, somente um olhar ou ato pode transmiti-lo de modo letal, refletindo fortemente e arrasando vidas e sonhos. Schaefer (1991, p.175) trata deste assunto quando afirma que:

Não há dúvida de que o preconceito floresce hoje, transmitido de geração em geração. As crianças não nascem com preconceitos. Elas o aprendem gradualmente enquanto crescem, da sociedade em que vivem. As crianças começam seu aprendizado desde cedo; [...] Em épocas economicamente difíceis, quando muitas pessoas sofrem por ter seu ego ferido, a intolerância tende a prosperar. Existem quatro maneiras principais para se afastar a intolerância das crianças: dar um bom exemplo, fornecer informações, encorajar contatos e falar.

É desta forma que a violência é iniciada na vida em sociedade. Atualmente um dos preconceitos mais gritantes não é o racial, sexual ou religioso, mas o econômico que divide povos, fronteiras invisíveis dentro de uma mesma comunidade, região ou país, que segrega povos, nações e desumaniza os seres humanos, que são da mesma espécie porém não do mesmo valor.

O preconceito econômico está relacionado com o poder material que este possui, não importando valores morais ou humanos. Essa manifestação de poder que muitos acham que o dinheiro e posição social proporcionam, pode levar muitas crianças e jovens a pensar que o poder econômico é a saída para a resolução dos seus problemas de convivência familiar e social que sofrem. A violência entra em cena a partir do momento em que se quer conseguir atender essas exigências sociais valorizadas sem sucesso, então a sociedade se defronta com adolescentes que se tornam destemidos e violentos, fazendo parte do mundo da criminalidade, mas que não se pode esquecer que foram crianças e que com certeza sofreram muitos ou todos os tipos de preconceitos e violências dentro e fora do círculo familiar e social aos quais conviviam, e que são frutos desta convivência conflituosa e mal resolvida.

Quando crianças e adolescentes exteriorizam a violência que sofreram, eles reagem transmitindo suas agressões primeiramente aos familiares, vizinhos e amigos, que são as pessoas mais próximas de seu círculo social. Essas agressões perpassam todas as

fronteiras visíveis e invisíveis e por isso devem tornar-se motivo de preocupação em toda a comunidade.

No caso do outro tema que também teve 7%, “amiguinhos que falam uma coisa e outros falam outra gerando confusão”, se tem relacionado a este fato muitas vezes a dificuldade dos pais de conversarem com os filhos sobre temas do interesse deles.

Quando as respostas dos pais são evasivas e não convencem aos filhos, estes percebem e recorrem a outros meios de conseguir falar e obter respostas a suas dúvidas, e é no ambiente escolar, na maioria dos casos, que crianças e adolescentes encontram interação com outros de sua idade, e ali interagindo com seus amigos ou colegas, perceberão se podem ou não acreditar nos pais, pois questionarão porque estes mentiram sobre os fatos. Essa influência de amigos, tanto na infância quanto adolescência vem reafirmar que existe a necessidade de conversar, de dialogar quando as dúvidas surgem, pois se os pais não estiverem preparados para conversar, amigos estarão, e nem sempre com os conhecimentos reais e com os valores que os pais acham corretos.

O importante para os pais é saber que eles devem ser confiáveis aos olhos de seus filhos, pois se eles não souberem a verdade dos fatos através dos pais, que são seus primeiros educadores, e que deveriam ser os principais repassadores de conhecimentos dos filhos, serão substituídos por “amigos” e terceiros, que muitas vezes darão informações e valores distorcidos em relação aos seus questionamentos diante da vida. Sendo assim, deve-se prestar muita atenção ao que se fala aos filhos. Schaefer (1991, p.122) cita como exemplo quando se fala sobre sexo:

A regra básica é responder às perguntas honesta, direta e simplesmente. Não seja vago ou evasivo, nem falte com a verdade. Adapte suas respostas ao nível de compreensão e à experiência da criança.[...] Ser um pai acessível é mais importante que saber tudo. Quando deve começar a educação sexual em casa? Tão logo a criança tenha idade suficiente para fazer perguntas, ela terá idade para uma resposta adequada. Pode ser aos dois anos. Caso seus filhos não tenham feito perguntas a respeito de sexo

e reprodução até os sete anos, é provável que tenham recebido a impressão de que o assunto é, de algum modo, proibido. [...] É muito provável que você descubra que ele conseguiu resposta para o que queria saber em outro lugar – com os amigos, por exemplo. Assegure-se de verificar a exatidão das informações dele, pois é provável que haja percepções errôneas.

O próximo tema com 6% foi a “falta de lazer no bairro”, que traz para muitas crianças e adolescentes um grande problema, já que a falta de opções faz com que estas se envolvam em atos ilícitos e ociosos, trazendo grande prejuízo para uma infância e adolescência feliz e tranqüila.

O tema “televisão” teve 5% e com 4% ficou o “consumismo”; analisando-se essas duas respostas, elas estão diretamente associadas, pois a mídia se alimenta financeiramente do consumismo que ela mesma propõe a cada propaganda publicitária, e na família ela vem a ser objeto de conflitos entre pais e filhos. É através da televisão que valores e crenças são repassadas como verdades únicas, fazendo com que milhares de pessoas se convençam dos fatos ali narrados, Souza (2000, p. 113) fala da sua influência na vida das crianças:

Para o pai e a mãe talvez seja cômodo deixar a criança assistir durante várias horas os programas infantis da TV sem perceber tamanha influência. São poucos os programas que trazem a educação a tiracolo. A maioria ensina a competir e a consumir. Todo esse debate sobre os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, leva a uma simples constatação: este é um grande motivo para se começar a mudar. Visualizar isso é um começo. Mas é preciso começar a agir. Primeiro com o próprio indivíduo e, logo a seguir, quase andando juntos, com o Ser criança. É o adolescente ou o adulto que vai fazer a criança abrir os olhos, mas não para o mundo exterior e sim para o seu interior. A criança deve ser exercitada a pensar e estimulada a ler.

Quando os pais favorecem o aprendizado, melhorando o ambiente de interferências exteriores, irão melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes, e

nada como a instituição familiar ser o primeiro espaço a trabalhar com esta visão, podendo assim educar seus filhos de acordo com seus objetivos e respeitando seus valores.

As outras respostas corresponderam a 39%, constituindo os demais fatores que foram apontados, mas que não coincidiram em índice.

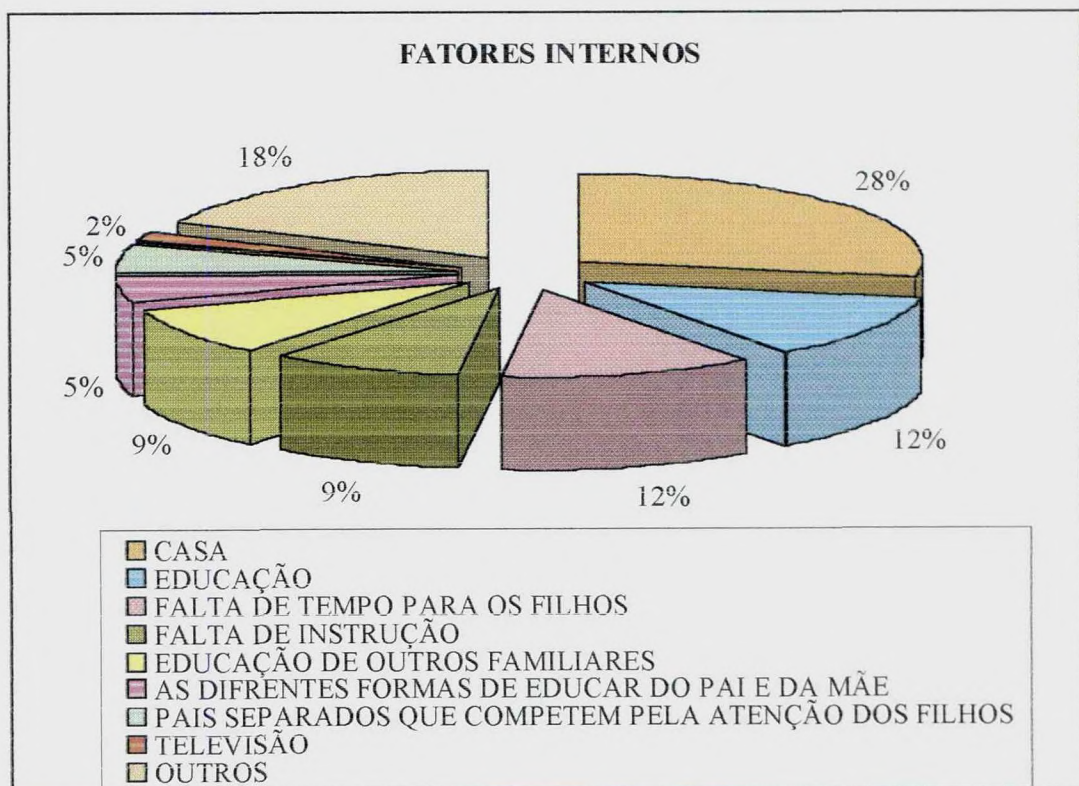


Ilustração 05: Fatores internos

Fonte: Dados Primários (2004)

Elaborado por: Manuela Quadros de Araújo Baungarten.

Os fatores internos que comprometem a educação dos filhos apontados na ilustração 05 foram: em primeiro lugar com 28% ficou a “casa”. Analisando-se esta resposta, que representou a maioria, verifica-se que muitas questões sobre a educação dos filhos são primados no ambiente familiar “a casa”; é nele que acontece todos os níveis de

situação, como confrontos, discussões de opiniões diferentes, cobranças, mas também o companheirismo, a cumplicidade e reciprocidade de carinho, amor e atenção.

É neste ambiente ambíguo que as crianças sofrem as causas e conseqüências pelos quais passa a família, principalmente o que acontece a cada um de seus membros, tornando fácil ou difícil à convivência.

Um ponto de grande relevância e que interfere muito na dinâmica familiar são os valores que são repassados a todos do papel da mãe, pai e filhos, se este ritmo não vier acompanhado de coerência e harmonia muitos confrontos e enfrentamentos entre os membros ocorrerão, existem pontos primordiais e seu início encontra-se na necessidade de dar aos filhos tarefas e responsabilidades para seu crescimento como cidadãos. Zagury (1997, p.159) fala a respeito:

As tarefas, evidentemente, devem estar de acordo com a idade e a capacidade de cada criança, mas é muito importante que elas comecem a ter algumas pequeninas obrigações, por menores que sejam, desde pequenas.[...] Isso independentemente de precisarmos mesmo ou não de ajuda. É um aprendizado bom, positivo e importante – faz com que crianças e jovens sintam-se produtivos; mais ainda, faz com que sintam que as pessoas – os pais, principalmente – confiam neles, na sua capacidade, na sua responsabilidade. Na adolescência, eles podem e devem aos poucos ir assumindo tarefas mais complexas, como lavar o carro da família, ir à padaria comprar leite, tomar conta de um irmão menor etc. É importante não remunerar os filhos por esses trabalhos. Eles precisam se ver como integrantes de um todo familiar, para o qual cada um deve e pode contribuir com o que estiver a seu alcance e dentro de suas possibilidades.

Levando-se em consideração que a família é o primeiro espaço sociável de uma criança ela deve compreender como é o viver em sociedade, e conseguindo assim aprender a conviver em outros ambientes, de modo solidário e sendo mais um a contribuir, e não apenas usufruindo do ambiente em que vivem.

Os fatores internos como a “educação” e a “falta de tempo para estar com os filhos”, empataram com 12% cada. Este empate não é mero acaso, pois devido à falta de tempo dos pais não estarem com os filhos para educá-los que os problemas estão se acentuando. Os pais sentem-se culpados por não darem aos filhos o tempo que necessitam, colocando-os cada vez mais cedo nas creches, o que implica em fazer com que sintam a obrigação de proporcionar aos filhos momentos felizes, libertando-os de regras e limites.

Eles não conseguem observar que ao não darem limites e obrigações aos seus filhos estão passando valores de convivência e de que eles podem tudo quando e como quiserem. Porém, no convívio em sociedade as coisas não acontecem quando e como se quer, essa permissividade dos pais está gerando atualmente muitos problemas aos indivíduos.

Quando os pais não estabelecem os limites necessários aos seus filhos acabam direcionando-os para uma convivência tumultuada em sociedade, pois ao não respeitarem regras no lar, os filhos também não cumprirão metas e responsabilidades em outros círculos sociais.

É preciso que os filhos saibam arcar com seus atos, mas isso não acontece quando os pais não entendem exatamente o que significa a liberdade. Tiba (1996, p.57) fala sobre esse ponto:

A melhor disciplina é a regida pela liberdade. Contudo, muitos pais perdem-se nela. Liberdade é poder material e psicológico, mas só tem valor quando associada à responsabilidade. Liberdade absoluta não existe, pois está sempre relacionada a algo. O fato de uma pessoa estar sem atividade, sem fazer nada, não significa, obrigatoriamente, que ela seja livre. A liberdade individual é um conceito ou um estado de espírito que só se adquire após um autopreparo. Implica o reconhecimento dos próprios desejos e a capacidade de poder cumpri-los.

Essa liberdade sem regras e valores pode ocasionar muitos problemas na educação das crianças, que não saberão lidar com as diversas situações pelas quais irão passar na

vida. Portanto, não saber delegar regras às crianças para sua educação é privá-las realmente da liberdade que necessitam para serem felizes.

Os fatores que empataram com 9% foram a “falta de instrução” e a “educação apresentada por outros familiares”. Estes dois fatores alteram muito a convivência familiar, pois quando pai e mãe não são alfabetizados, estes não podem ajudar os filhos em sua fase escolar prejudicando muitas vezes o andamento de sua vida escolar. Já a educação de outros familiares influenciando na educação das crianças reflete muito em sua disciplina uma vez que ela é cobrada de modo diferente em uma mesma situação, gerando confusão. Tiba (2002, p.176) fala dos papéis de ambos na educação das crianças:

“Educação é responsabilidade dos pais; nós, avós, só vamos curtir” – essa é a visão corrente do papel dos avós na família. Os pais proibem, os avós permitem. Os pais cortam mesada como castigo, os avós dão trocadinhos que rompem com esses esquemas. Fazem vales que os netos jamais pagarão. Em geral, os avós não sofrem as conseqüências imediatas dessas transgressões. Portanto, nessa visão comodista de deixar os abacaxis para os filhos descascarem, não colaboram em nada para minimizar a dificuldade que as crianças têm hoje de entender o significado do não.

Atualmente, é comum os avós ajudarem a criar os netos, para os pais trabalharem. No entanto, os avós nem sempre têm a mesma visão sobre educação, como os pais, ocasionando influências para o desenvolvimento social da criança. Convém salientar que além dos avós, existem outras pessoas que auxiliam no cuidado com as crianças e acabam influenciando na educação dos mesmos.

Outros fatores internos em relação à ilustração 05, que empataram com 5% foram as “diferentes formas de educar do pai e da mãe”, e os “pais separados que competem pela atenção dos filhos”. Em se tratando das diferentes formas de educar do pai e da mãe deve-se analisar que homem e mulher são criados de forma diferente, haja visto que muitas mães

criam seus filhos diferentemente das filhas, adotando uma postura machista por ensinar a filha as obrigações da casa, enquanto ao filho esta atribuição não se faz presente “pois não é coisa de homem”. Se as mulheres almejam um homem que as auxilie não pode criar filhos de modo diferente, caso contrário para o homem ficarão apenas as obrigações de pai (restritas às despesas dos filhos e não aos cuidados necessários diariamente), sobrecarregando a mãe com a educação e cuidados dos filhos. Tiba (2002, p.36) fala dessa divisão de papéis:

A mãe se sobrecarrega e o pai continua folgado. Mas ela não precisaria ser 100% mãe. Poderia ser só 50% se os outros 50% fossem complementados pelo pai ao assumir seu lugar na educação, já que ela trabalha fora e traz fundamental ajuda econômica para casa. O homem ainda tem muito o que desenvolver no papel de pai.

É muito importante para a criança que pai e mãe cheguem a um consenso com relação à educação dos filhos. Com ambos tomando as mesmas medidas na forma de educar, as crianças discernirão melhor o certo do errado, o que podem ou não fazer. Esta é uma forma coerente de educar, estando ou não casados, pai e mãe devem estar em consenso com relação a como irão educar, quais valores utilizarão para poderem ter sucesso em sua empreitada. Tiba (2002, p.36) fala dessa forma de educar:

Um dos pilares da educação em busca da saúde social é o princípio da coerência, da constância e da consequência. Assim, os pais têm de transmitir mensagens, ordens e cobranças de maneira, no mínimo coerente.[...] Caso não se entendam, o conflito atingirá o filho, que optará pelo que for mais fácil, não necessariamente o melhor caminho ou comportamento. Quanto menor o filho, mais sensível é ao que os pais lhe fazem. Diante de um adolescente, teoricamente mais amadurecido, os pais até podem discordar, mas é importante que cheguem a um consenso.

Portanto, será de grande relevância os pais tomarem as mesmas atitudes na educação de seus filhos, pois os tornarão estas pessoas mais seguras e felizes quando adultos.

A análise do fator televisão, que resultou em 2%, como a ilustração 05 nos mostra, apontado como fator interno, quer dizer, um fator gerando crise dentro do ambiente familiar, colocando-se sob a hipótese de que a televisão por estar dentro de casa já faz parte dela, e pode ser compreendida como mais um integrante familiar, como explica Tiba (2002, p.175):

Muito cuidado com o uso da televisão como babá eletrônica. Desde pequenas, as crianças ligam sozinhas a televisão e prestam muita atenção em comerciais porque chamam sua atenção por ser alegres, cheios de som, cores e movimentos, com cenários, pessoas e objetos maravilhosos. Suas mensagens, porém, nem sempre são apropriadas a crianças. Entram pelos olhos e ouvidos e passam a fazer parte dos conteúdos de sua mente. Quanto mais tarde a criança se iniciar no mundo da TV, melhor. É assustador ver crianças pequenas, de fraldão, tentando imitar o rebolado das dançarinas. Se elas imitam a dança, por que não imitarão a violência? Aquela imagem que entra no ambiente familiar passa a ser natural, um costume. Essa é uma questão a ser considerada na educação.

O que passa a ser considerado atualmente é que, devido a sua influência no âmbito familiar, a televisão passa a ser um integrante educador de crianças e jovens, a falta de tempo dos pais, principalmente das mães que, por trabalharem fora e se sobrecarregarem com os afazeres domésticos, não delegam funções que os pais poderiam desempenhar como conversar com os filhos a respeito do que passa na televisão, suas fantasias e realidades, o que realmente é verdade ou o que é somente sensacionalismo e mentira, dando para seus filhos a oportunidade de discernimento sobre as imagens e idéias veiculadas.

A televisão vive das propagandas publicitárias, por isso ela vende costumes, valores e crenças, sem pessoas crédulas em suas “verdades fictícias”, um exemplo muito claro são as novelas que formam opiniões a respeito de como agir em determinadas situações, nem sempre correspondendo a verdade da vida real. Portanto, pais e educadores não devem simplesmente proibir seus filhos de ver programas e filmes na televisão, mas poderiam assistir com eles e conversarem sobre as atitudes dos personagens ou pessoas, até porque seus amigos também assistem e tem comentários a respeito do que viram.

Se preparar crianças e jovens para serem críticos e perspicazes estará dando a oportunidade de educá-los para as dificuldades e imprevistos da vida, tornando-os pessoas seguras e objetivas.

Outros fatores somaram 18% das respostas que não coincidiram em índice, mas que fazem parte da opinião de pais em determinadas situações cotidianas.

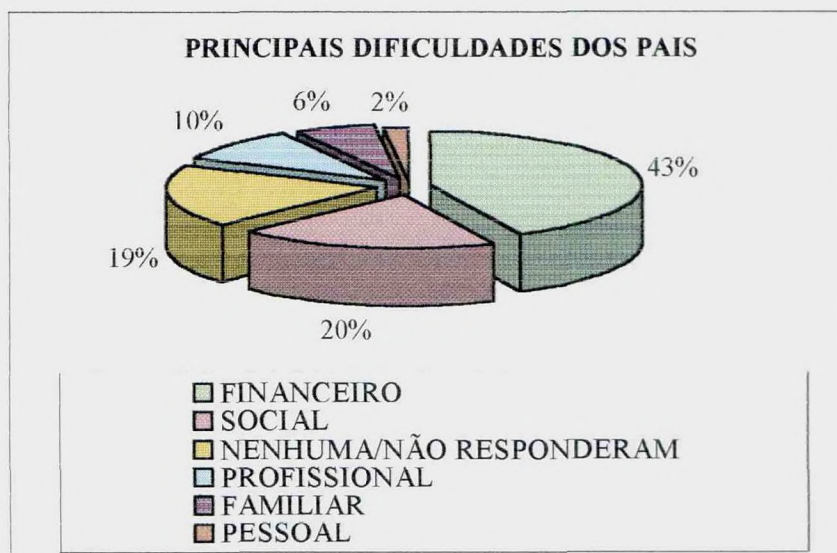


Ilustração 06: Principais dificuldades dos pais

Fonte: Dados Primários (2004)

Elaborado por: Manuela Quadros de Araújo Baungarten

Refere-se na ilustração 06 às principais dificuldades dos pais com relação aos fatores inseridos na sociedade, e com 43% o fator financeiro. Analisando-se a sociedade capitalista, pode-se confirmar o motivo do fator financeiro estar em primeiro lugar; na fala dos pais podemos constatar a realidade estabelecida: “sem dinheiro não temos como educar nossos filhos”; “fazer ele entender quando não posso dar algo é muito difícil”; “no financeiro a gente tenta cumprir com nossas obrigações”. O modo de avaliar essa questão é retratada por Carvalho (1995 p. 70) que fala da luta pela sobrevivência do seguinte modo:

A luta pela sobrevivência impõe-lhes trabalhar de qualquer maneira e em qualquer condição. Para garantir isso, torna-se necessário – já que o Estado e a sociedade não lhes asseguram condições mínimas – encontrar alguma saída. E esta pode ser: deixar os menores sob a guarda da avó ou de irmãos maiores, ou recorrer a ajuda de terceiros, mediante remuneração. O problema se agrava porque recebem salários ínfimos – por jornadas regulares de oito horas/dia de trabalho – ao mesmo tempo em que precisam pagar quantias tão elevadas a terceiros para que cuidem de seus filhos menores. Porque abandonar a criança, poucos são os que o fazem. E mesmo esses casos não podem ser explicados de maneira tão superficial como ainda se vem fazendo.

É através dos muitos meios encontrados para a sobrevivência que famílias arriscam não somente a educação de seus filhos, mas a vida deles, já que não podem deixá-los sob supervisão de pessoas competentes ou em creches estruturadas, pois as públicas apresentam a insuficiência de vagas e pessoal na equipe, e as particulares são inacessíveis pelo valor, restando aos responsáveis opções muitas vezes perigosas e que tornam o dia-a-dia dessas famílias uma verdadeira batalha pela sobrevivência.

As outras dificuldades encontradas pelos pais estão diretamente ligadas ao poder das famílias terem sua independência e autonomia para administrarem suas vidas, e tempo para executar esta administração. Para tanto, Carvalho (1995 p. 71) explica que:

A reestruturação da ordem política e econômica vigente não pode se constituir um mero discurso ocasional e eleitoreiro. Ela é vital à segurança da sociedade brasileira. Ou criamos reais condições de uma vida digna para a maior parte da população – o que mudará o conteúdo da expressão “luta pela sobrevivência” – , ou talvez experimentemos, nos próximos anos, o que parece estar cada vez mais iminente, uma verdadeira guerra civil.

O modo de entender os fatos que norteiam o cotidiano de muitas famílias faz com que não se consiga resultados positivos por parte do Estado, pois este não estuda a vivência do dia-a-dia das famílias que necessitam de ajuda, e somente elas têm as respostas a todas as questões as quais estão envolvidas.

Em segundo lugar com 20% ficou a dificuldade do fator social, pois para muitas famílias a influência dos círculos sociais aos quais os filhos convivem está cada vez maior, isto porque os laços familiares fortalecidos através do convívio intenso com os pais estão sendo substituídos pela convivência em instituições como creches, escolas, cursos de inglês, aulas de judô, computação e tantas outras, e que raramente mantém uma relação mais duradoura, com importância ou afetividade, criando crianças e adolescentes sem vínculos seguros ou de confiança em suas vidas. Por isso, a grande dificuldade de pais e educadores lidarem com as influências exteriores. Tiba (2002, p.180) fala do contato com a sociedade:

Atualmente, o contato social é muito precoce. Ainda sem completar a educação familiar, a criança já está na escola. O ambiente social invade o familiar não só pela escola mas também pela televisão, internet etc.

Não se obedece mais à ordem: primeiro o indivíduo, depois a família, por último a sociedade. Há uma mescla de ambiente familiar com o comunitário. Se ela prejudica ou não as novas gerações, é cedo para avaliar. Mas percebo que as crianças têm dificuldade de estabelecer limites claros entre a família e a escola, principalmente quando os próprios pais delegam à escola a educação dos filhos. A educação com vistas a formação do caráter, da auto-estima e da personalidade da criança ainda é, na maior parte, responsabilidade dos pais.

Os pais irão conseguir realmente fazer com que as influências externas como os fatores econômicos e sociais não comandem mais suas vidas, modificando seus valores e seu modo de viver, se responsabilizando e ocupando seus papéis de educadores.

Com 19% conforme dados da ilustração 6, encontra-se a resposta nenhuma/não responderam; pode-se considerar nesta resposta algumas dificuldades de entendimento da pergunta, ou não sentiram a necessidade de responder.

E com 10% ficou a dificuldade no fator profissional, sendo esta uma dificuldade cuja relação pode estar envolvida por outros fatores e todo um contexto econômico de um país ou com relação à trajetória de vida pessoal de cada um.

Em se tratando de dificuldades profissionais, as mulheres nas últimas décadas vêm enfrentando a dupla jornada de trabalho, pois além de assumirem um papel importante no mercado de trabalho para prover as necessidades econômicas da família dividindo com o marido as responsabilidades econômicas, esqueceram de dividir as responsabilidades também dentro de casa. Estes fatos acabam gerando muitas crises familiares, por certo, deve se rever às tarefas dividindo-as, tornando o dia-a-dia mais harmonioso e menos cansativo para todos. Tiba (1996, p.75) fala a respeito deste assunto:

Agora, a mãe é sócia do pai na tarefa de arcar com as despesas da família. Mas nem por isso ela abriu mão de ser dona-de-casa e mãe. Ao voltar do trabalho, sente-se culpada pela bagunça na casa, pelas lições e tarefas que os filhos não fizeram, pelo jantar que ainda não foi servido etc.[...] Mal se dá conta de que saiu por motivos mais que justificados: trabalhar, ganhar dinheiro para a família e realizar-se como profissional!

O problema surge quando a mulher não incorpora esse trabalho com justiça e tranquilidade. Ao trabalhar fora, ela coopera com o marido para a sobrevivência econômica da família. Portanto, nada mais justo que, ao chegar em casa, também descanse como o marido. Mas para isso é importante que consiga abdicar do grande poder de rainha do lar e saiba dividi-lo com o marido e as crianças, que também têm que ajudar nas tarefas domésticas. Nada impede que o homem vá para a cozinha. E é ótimo que as crianças arrumem a casa, pois tornam-se independentes da mãe e reconhecem o valor do trabalho que antes a mãe fazia sozinha.

A inserção da mulher ao mercado de trabalho enfatizou as mudanças de papéis e as mudanças na estrutura familiar, fazendo com que seus membros percebam-se diferentes em seus papéis e responsabilidades no lar. Ambos passaram a assumir responsabilidades econômicas iguais, nada mais justo que dividir as questões domésticas e principalmente as questões ligadas a educação dos filhos, não competindo somente as mães a responsabilidade da educação, mas compartilhando também esta função.

Conforme a ilustração 06 nos indica, com 6% resultou a dificuldade familiar, sendo esta movida principalmente pelos fatores acima mencionados, pois todos os fatores: financeiro, social, profissional e pessoal afetam a instituição familiar que acaba por sofrer as conseqüências em qualquer uma das dificuldades, cabendo ao casal um comprometimento em minimizar estes fatos aos filhos.

Estes fatores nos levam a analisar que o planejamento familiar é de grande importância antes do casamento ou do nascimento dos filhos, pois irá decidir momentos e fases da vida, além de decidir o sucesso ou fracasso da instituição familiar.

O fator pessoal ficou com 2%, podendo esta dificuldade também estar relacionada aos fatores citados anteriormente ou aos objetivos de vida diferentes dos membros.

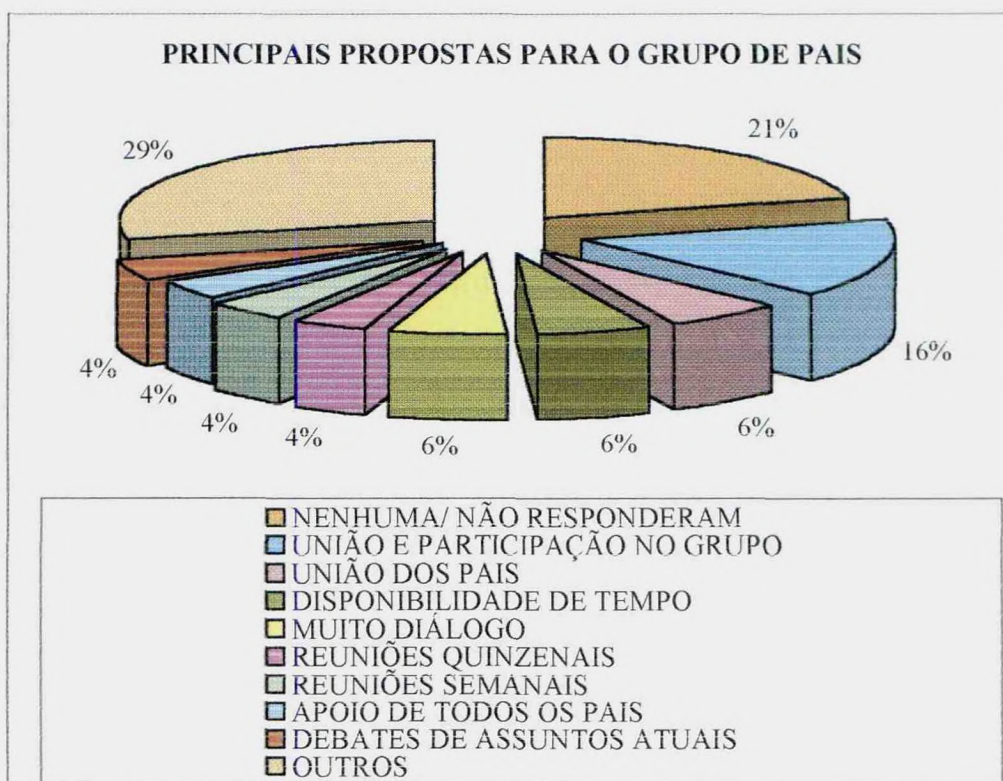


Ilustração 07: Principais propostas para o grupo de pais

Fonte: questionário da pesquisa social.

Elaborado por: Manuela Quadros de Araújo Baungarten

Na ilustração 07, faz-se referência às propostas para o Grupo de Pais; sendo que com 21% resultou a resposta nenhuma/não responderam. Analisando-se a resposta da maioria quer dizer que estes não tiveram propostas ao grupo. Isto ocorreu, devido ao fato de ter sido uma questão aberta e sem opções, e também por já ser proposto no grupo de pais uma ampla quantidade de assuntos que se identificaram.

Já com 16% ficou a proposta de união e participação no grupo, sendo esta questão um pouco complexa já que não depende somente de um indivíduo ou outro, mas sim do grupo. Com relação a esta questão muito se colocou nas respostas sobre participação dos pais no grupo. A este respeito, Rodrigues (1979, p.31) afirma que:

Participação não é colaboração nem simples adesão ou reivindicação embora estas possam ser entendidas como atitudes favoráveis ou condição pré-disponentes ao surgimento de uma atitude participativa. Participação envolve necessariamente compromisso, engajamento, opção, decisão e ação solidária; isto é co-participação. A participação das pessoas e grupos se aprofunda na medida em que aumenta o grau de informação e expansão de canais de participação e ação sobre a realidade. Assim a participação envolve treino, exercício, tempo para maturação, e de outro lado, abertura efetiva de canais de informação e participação coletiva. É necessário que os indivíduos participem na solução dos problemas de seu meio.

Esta proposta resultou com 6%, como mostra a ilustração 07, união dos pais, empatando com as propostas disponibilidade de tempo e muito diálogo, sendo estas propostas muito importantes para o desenvolvimento do grupo. Em se tratando da disponibilidade de tempo, pois este é outro fator que decide a sobrevivência ou não de um grupo, mas ao mesmo tempo pode-se indagar como retirar dos filhos o pouco tempo que estes tem com os pais, para falar sobre eles. É uma dualidade nos dias atuais: ao mesmo tempo em que os pais não têm tempo para os filhos, não têm tempo para aprender a lidar com os problemas do cotidiano, pois não há um grupo forte e coeso para a troca de experiências e informações.

Também as propostas reuniões quinzenais, reuniões semanais, apoio de todos os pais e debate de todos os assuntos atuais empataram com 4%. Novamente a questão do tempo disponível para estes encontros é muito discutido. Outro ponto muito importante é a necessidade que muitos pais encontram em apoio nos fatores educacionais dos filhos e o debate dos assuntos que os afligem, é deste modo que muitos adquirem conhecimentos educacionais e de como se relacionar com seus filhos.

As outras respostas que não coincidiram em índice tiveram 29%, também revelam outras propostas também importantes e que estão catalogadas.

Por fim, como a resposta da maioria foi em favor de que se formasse o grupo, aplicou-se imediatamente a implantação do grupo de pais, e também as questões acerca das maiores dificuldades com os filhos e os temas a serem levados para serem trabalhados no grupo de pais, e desta forma se iniciaram os trabalhos com o grupo com discussões sobre o tema escolhido: Limites. O tópico descreve a seguir como são realizados os trabalhos com as famílias na contemporaneidade e suas repercussões nos principais círculos sociais.

2.6 Um Olhar Social sobre o Grupo de Pais: as Causas e Conseqüências do atendimento fragmentado dado aos problemas coletivos na Família Brasileira Contemporânea

Como é colocado anteriormente, o mundo capitalista gerou na sociedade novas questões e, com o avanço dos ideais neoliberais e pensamentos individualistas, a família foi e ainda é a grande receptora de todas as expressões geradas na economia, pois é na família que se integram todos os indivíduos de uma sociedade. Um dos marcos familiares históricos foi a inserção da mulher ao mercado de trabalho e sua responsabilidade de educar os filhos perante a sociedade foi sendo suprimida pela necessidade de atuação no mercado de trabalho, a fim de garantir toda a demanda que a sociedade capitalista impõe através da mídia. Um outro ponto de relevância é o apoio fragmentado do pai no histórico familiar, pois em tese sua história apresenta a responsabilidade pelo sustento da casa, mas seu papel era autoritário nos poucos momentos com a família, sem grandes influências na educação dos filhos. Hoje ambos, pai e mãe, estão no âmago da questão financeira, fato este que traz muitas conseqüências.

A pesquisa mostrou através dos dados coletados pontos de grande relevância e que influenciaram muito o direcionamento dado aos trabalhos realizados com o grupo de pais do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim. A falta de tempo, por exemplo, é o fator mais

apontado como dificultador para a educação dos filhos, isto remete a questão dos limites a ser considerado como um dos principais temas para discussão no grupo de pais, pois se busca compreender de que modo enfrentar esta questão contemporânea que atinge a vida familiar de um modo cada vez mais complexo prejudicando as relações entre pais e filhos, e colocando em risco a harmonia e o respeito de todos que integram a vida familiar.

Durante todo o período de estágio, “Limites” foi o tema abordado, e os encontros com debates, dinâmicas de grupos e palestras se constituíram para a reflexão e socialização de informações a respeito deste assunto.

A metodologia utilizada para os trabalhos no grupo e com o grupo sobre o tema “limites”, que foi escolhido democraticamente pela maioria, envolve uma das ferramentas mais utilizadas neste segmento: a pesquisa social. É através deste subsídio que muitos profissionais em diversas áreas desenvolvem seus trabalhos, inclusive os assistentes sociais, promovendo o direcionamento dos trabalhos com grupos. Uma das definições para a pesquisa social é dada por Gil (1994, p.43):

Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. Realidade social é entendida aqui em sentido bastante amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais.

Foi a partir de vários tipos de pesquisa, entende-se por tipos de pesquisa: bibliográfica, documental, social e tantas outras utilizadas durante o estágio. Isto fez refletir-se diretamente na ligação do Serviço Social com as variantes da pesquisa, pois os

profissionais da área não podem trabalhar com grupos sem o conhecimento prévio da realidade social para o seu agir profissional.

Outro instrumento particularmente utilizado pelo Serviço Social foi o planejamento, ele ocorre em várias etapas no trabalho com grupos, como descreve Baptista (2000, p.13/14):

O termo “planejamento”, na perspectiva lógico-racional, refere-se ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica de questões que se colocam no mundo social. Enquanto processo permanente, supõe ação contínua sobre um conjunto dinâmico de situações em um determinado momento histórico. Como processo metódico de abordagem racional e científica, supõe uma seqüência de atos decisórios, ordenados em momentos definidos e baseados em conhecimentos teóricos, científicos e técnicos. [...] Neste enfoque, o planejamento é a ferramenta para pensar e agir dentro de uma sistemática analítica própria, estudando as situações, prevendo seus limites e suas possibilidades, propondo-se objetivos, definindo-se estratégias.

É através das estratégias propostas no planejamento que se elaboram todos os passos para a promoção e objetividade dentro de um grupo, porém deve-se deixar claro que a participação dos integrantes é de extrema importância para o funcionamento do grupo. Vários autores falam da importância da participação dos indivíduos de um grupo, pois são eles que nortearão todos os passos que promoverão este grupo, isto porque eles têm os questionamentos das situações sociais, econômicas, políticas e tantas outras pelas quais enfrentam cotidianamente e somente eles sabem as respostas para promoverem o confronto as suas dificuldades.

O Serviço Social trabalhou metodologicamente no Grupo de Pais como Rodrigues (1979,p.60) expõe “uma intervenção voltada para e através das unidades indivíduos, grupos, comunidades, organizações, etc”.

Deste modo, no primeiro trabalho sobre o tema “limites” houve uma preocupação em instigar os pais sua atenção para o tema, lançando-se chamadas a respeito do tema a ser discutido no grupo, durante a Semana de Encontro do Grupo de Pais. Houve também a antecedência de envio do convite (um folder com a programação da semana da família que coincidiu com o 1º Encontro do Grupo de Pais), reforçando ainda mais o comparecimento destes, já que se trataria da participação de todos os funcionários do Centro de Educação Estrelinha engajados na proposta de trabalho com os pais.

Houve várias atividades nesta semana que promoveram momentos em família para todas as crianças que participaram, durante a programação, em que foi realizado o 1º Encontro do Grupo de Pais, cujo o tema abordado foi “Ser Criança e Limites” e houve um momento de reflexão com o texto “A Visão da Infância”, que abordou os direitos do Estatuto da Criança e do Adolescente e algumas das necessidades das crianças, efetuando-se ainda duas dinâmicas de grupo.

Durante o encaminhamento do projeto, o trabalho vai sendo redirecionado de acordo com o andamento das atividades de grupo, dos resultados obtidos, das propostas recebidas;enfim do feedback emitido por todos que dele participaram, pois a idéia desde o início foi à formação de um grupo democrático que pudesse atuar e interagir, participando, assim, de forma efetiva nas discussões e decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado percebe-se as transformações pelo qual perpassou e perpassa a instituição familiar. O sistema capitalista trouxe para a sociedade novas questões, fazendo emergir diferentes formas de organização e pensamentos individualizados. Estas mudanças atingem diretamente os indivíduos, suas relações e as respostas que trazem perante as dificuldades que se apresentam.

A instituição familiar, sendo o primeiro momento de socialização e referência de existência do indivíduo, não fugiu a estas mudanças. Pode-se citar como um dos marcos dessa mudança na estrutura familiar à inserção da mulher no mercado de trabalho, fazendo com que ocorresse uma transformação no exercício de papéis dos integrantes familiares.

Atualmente pai e mãe estão no âmago da questão financeira, devendo dividir também a responsabilidade pela educação dos filhos. E, neste sentido, o conselho comunitário exerce para estas famílias um importante referencial de apoio.

A partir da pesquisa realizada percebe-se que todas essas mudanças estruturais fazem com que os responsáveis pela educação das crianças e adolescentes sintam-se “desorientados” para atuar e garantir que seus filhos se tornem cidadãos e adultos seguros. Na verdade os pais demonstraram que, no momento, não estão seguros ao desempenhar seu papel de educador.

Visto que, a partir da coleta de dados, que a falta de tempo é o fator mais apontado como dificultador para a educação dos filhos. Este fator desencadeia outras questões vislumbradas a partir da pesquisa, como a dificuldade em estabelecer limites, o medo de que o filho envolva-se com drogas, a violência, que é o resultado de toda a conjuntura estrutural e outros temas não menos importantes que afligem e integram a vida familiar.

Diante destas questões e desta perspectiva, a instituição familiar deve encontrar uma rede de apoio, onde possa articular-se e encontrar respostas às suas dificuldades cotidianas.

As políticas sociais que trabalham com famílias não devem atuar de forma fragmentada e isolada, mais sim buscar a interligação e o apoio intersetorial, em que vários atores sociais possam articular-se e trabalhar em conjunto.

O trabalho com grupos é uma das formas e alternativas apropriadas a responder as demandas que se apresentam, pois no grupo existe a possibilidade da interação e do crescimento individual a partir de referenciais próprios e conhecidos pelos integrantes do grupo, quebrando com o individualismo que se instaurou na sociedade devido aos fatores econômicos.

A educação das crianças e adolescentes deve ser primazia e compartilhada pela família, Estado e Sociedade Civil; para tanto há de se buscar uma parceria nas ações para que a instituição familiar apoiada consiga responder as suas necessidades, formando cidadãos críticos, seguros e capazes de constituir uma sociedade mais justa e igualitária.

A família deve ser entendida como uma casa, sim, uma casa. Na casa precisam existir as bases, as estruturas firmes para se levantar as paredes, e estas conseguirem sustentar o telhado que abrigará “a família”. A estrutura familiar não difere da estrutura de uma casa: se as bases familiares não estão firmes devido a qualquer fator, não há como os integrantes destas, que são as paredes, sustentar o abrigo, ou seja, o telhado que cobre a todos, que conforta, ampara e resguarda tudo que nela contém.

Se a visão do profissional de Serviço Social não for mais prática e objetiva, as questões familiares serão sempre tratadas de forma esfacelada, e os trabalhos serão conduzidos de maneira ineficaz.

Por isso, o trabalho com grupos é apropriado à situação social atual, pois se consegue fazer o fortalecimento de grupos e quebrar com o individualismo que se instaurou na sociedade devido aos fatores econômicos que prevalecem, e desta forma realizar a reflexão de que só tem-se força em conjunto e não como indivíduos isolados, até porque os problemas não são focais e fragmentados, mas, em muitos casos, são únicos nos segmentos vulneráveis que os atingem.

E é sob este parâmetro que não se pode mais colocar as políticas sociais da família de um lado, falar do Serviço Social neste contexto em um outro momento e das instituições em outro, porque a atuação fragmentada também faz parte do modo de atuação do Conselho Comunitário Ponte do Imaruim, que realizou e realiza ao longo de seus 25 anos de história trabalhos com as famílias de maneira fragmentada.

Pois assim como o Serviço Social e as políticas sociais, este conselho vê a importância dos trabalhos com este segmento, porém fica restrito as várias situações enfrentadas cotidianamente em seus respectivos processos de trabalho e consolidação de seus espaços de atuação.

O que se deve ter consciência é que se os pais não preparam a criança para receber um não, não está preparando para a vida, pois as situações sociais pelos quais um ser humano passa durante toda a sua existência, a probabilidade de se ouvir um 'não' é inevitável e, portanto, todos devem estar preparados e entender que isto não é o fim de tudo, que não é preciso desistir de seus objetivos, mas deve ser um incentivo para melhorar e persistir de modo a que se consiga o que se quer.

Como se pode identificar através da análise da pesquisa, o sistema capitalista redirecionou padrões comportamentais familiares, fragmentando e individualizando muitas questões semelhantes, onde certamente atuações sistemáticas com grupos e socializadas

pelos profissionais de Serviço Social, tratariam os anseios e circunstâncias que envolvem a família Brasileira contemporânea de forma globalizada como requer o histórico atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Antônio Augusto. **Colcha de Retalhos**: Estudos sobre a Família no Brasil. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1994.
- ARBEX, George M, et al. **Guerra Fria**. 6.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora, 2000.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Código de Menores** lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979. São Paulo: Saraiva, 1981.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente** lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidente, 1990.
- _____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. **Da Qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público** Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999. Brasília, DF: Senado, 1988.
- GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos**: procuram-se vítimas. São Paulo: Cortez, 1984.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GUIMARÃES, Débora Messenberg et al. **Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: Ditec, 1993.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. **Família Brasileira, a base de tudo.** São Paulo: Cortez, 1994.

LAURELL, Asa Cristina. **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1997.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social – Contribuições para o debate. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, 1997.

MONTEIRO, Jonh Manoel. A Transformação de São Paulo Indígena, século XVI. **Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NORTHEN, Helen. **Serviço Social com Grupos.** 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

QUESADA, Gustavo. **Comunicação e Comunidade: Mitos da Mudança Social.** São Paulo: Loyola, 1980.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989

TIBA, Içami. **Quem Ama Educa.** 85.ed. São Paulo: Editora Gente, 2002.

TRUPPEL, Maristela Aparecida da Silva. **Democratização das Relações Sociais e a Gestão Comunitária.** Florianópolis: UFSC, 1997.

ZAGURY, Tânia. **Limites sem trauma.** 25.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ANEXOS

Questionário:

1. Quais as dificuldades encontradas no dia-a-dia nas relações com seus filhos?

R:

2. O que você acha de um local de encontro de pais onde possam discutir sobre as questões sociais que geram conflitos entre pais e filhos? E quais seriam os temas na sua opinião mais importantes?

R:

3. Quais os fatores externos (rua) x internos (casa) que mais compromete sua forma de educar seus filhos?

R:

4. Quais as suas principais dificuldades com relação a sociedade em que vivem?

Principais aspectos: profissional - pessoal – financeiro – familiar – social

R:

5. Quais propostas dariam para o bom funcionamento deste grupo?

R: